

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Relações Internacionais - FADIR**

**DIEGO CRISTIAN FERREIRA**

**A CRISE ESTRUTURAL BRASILEIRA:**  
**Os blocos no poder e as frações de classe na política brasileira de**  
**2013 - 2018**

**Dourados - MS**  
**2018**

**DIEGO CRISTIAN FERREIRA**

**A CRISE ESTRUTURAL BRASILEIRA:**

**Os blocos no poder e as frações de classe na política brasileira de  
2013 - 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Hermes Moreira Junior

**Dourados - MS  
2018**



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 04 de dezembro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Diego Cristian Ferreira** tendo como título "**A crise institucional brasileira 2014-2018: uma análise de conjuntura democracia representativa e os blocos no poder de Nicos Poulantzas.**".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Hermes Moreira Júnior (orientador), Dr. Márcio Augusto Scherma (examinador) e Dr. Roberto Mauro Fernandes (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado Aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: Inclusão dos ajustes solicitados pela banca examinadora.

Assinaturas:

  
**Dr. Hermes Moreira Júnior**  
Orientador (a)

  
**Dr. Márcio Augusto Scherma**  
Examinador (a)

  
**Dr. Roberto Mauro Fernandes**  
Examinador (a)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F382c Ferreira, Diego Cristian

A crise estrutural brasileira: Os blocos no poder e as frações de classe na política brasileira de 2013 - 2018 [recurso eletrônico] / Diego Cristian Ferreira. -- 2018.  
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Hermes Moreira Junior.

Coorientador: Roberto Mauro da Silva Fernandes.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Frações de classe. 2. Estado brasileiro. 3. Crise institucional. 4. Partidos Políticos. I. Moreira Junior, Hermes . II. Fernandes, Roberto Mauro Da Silva. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

## **RESUMO**

Este trabalho pretende trabalhar com uma leitura marxista sobre os blocos no poder e as frações de classe capitalistas no Brasil. O motivo para isso é entender que as atuais crises políticas, econômicas e ideológicas brasileiras têm em comum um ponto de inflexão: a ascensão da fração de classe que capitaliza o setor de serviços brasileiro. Tendo como principal objetivo identificar os atores e as figuras principais deste modelo brasileiro de presidencialismo de coalizão e a forma como ocorre a manutenção de seus poderes, utilizaremos de autores como Nicos Poulantzas e Boito Junior, que já estabelecem parâmetros indispensáveis para a construção desse trabalho. O debate passa por etapas de digressão para debates mais conceituais acerca do que seja Estado, crise e democracia representativa, todavia isso esse debate se torna necessário para a análise prática da sociedade brasileira. Devemos, ainda, ressaltar que a atualidade desse trabalho não se apresenta como uma busca para uma resposta teleológica, mas que busca através do materialismo histórico e das lutas de poder pelas frações de classe estabelecer que o exemplo brasileiro corrobora com a tese de Nicos Poulantzas e Boito Junior.

**Palavras-chave:** Frações de classe; Estado Brasileiro; Crise Institucional; Partidos Políticos.

## **Abstract**

This paper intends to work with a Marxist reading on the blocs in power and the fractions of the capitalist class in Brazil. The reason for this is to understand that the current Brazilian political, economic and ideological crises have a common point of inflection: the rise of the class fraction that capitalizes on the Brazilian services sector. Having as main objective to identify the actors and the main figures of this Brazilian model of coalition presidentialism and how the maintenance of its powers occurs, we will use authors such as Nicos Poulantzas and Boito Junior, who already establish indispensable parameters for the construction of this work. The debate goes through stages of digression for more conceptual debates about what is State, crisis and representative democracy, nevertheless this debate becomes necessary for the practical analysis of Brazilian society. We must also emphasize that the actuality of this work does not present itself as a search for a teleological answer, but that it searches through historical materialism and power struggles for class fractions to establish that the Brazilian example corroborates with the thesis of Nicos Poulantzas and Boito Junior.

**Keywords:** Class fractions; Brazilian State; Institutional Crisis; Political parties.

## **Sumário**

Introdução .....	7
Capítulo 1 – O Estado Moderno Capitalista.....	11
Capítulo 2 – Crises: conceitos e tipificações .....	22
Capítulo 3 – As crises brasileiras de 2013 - 2018 .....	29
3.1. Os partidos políticos e o financiamento partidário.....	30
3.2. A crise ideológica.....	39
3.3. A crise econômica de 2013 .....	44
Considerações finais .....	46

## Introdução

Dentre as maiores consequências da crise causada com a bolha de créditos imobiliários e a quebra dos bancos estadunidenses, em 2007 e 2008, está o elevado índice de desemprego no mundo. Decorre disso que surgem em todos os países células políticas que têm como principal característica a retomada da economia, como a Frente Nacional de Marine Le Pen na França, o líder republicano Donald Trump nos Estados Unidos, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento, liderado por Recep Tayyip Erdogan na Turquia e, finalmente, Jair Bolsonaro e o Partido Social Liberal no Brasil.

Outro fator que identifica esses movimentos é o apelo pela aprovação popular, ainda que sem propostas para a representatividade das massas, esses partidos têm como argumento a proteção nacional, pautados, principalmente, no racismo e xenofobia. “As ideias da extrema-direita, em particular o racismo, contaminaram uma parte significativa não só da pequena burguesia e dos desempregados, mas também da classe trabalhadora e da juventude”. (LÖWY, 2015, p. 658)

A crescente onda da direita também atingiu a Europa. Primeiro a decisão inglesa de deixar a União Europeia em 2016, pautando a fragilidade das suas fronteiras devido ao alto fluxo de imigrantes e refugiados da guerra síria. Durante as eleições francesas, em maio de 2017, a candidata da extrema-direita Marine Le Pen ficou em segundo lugar, perdendo para Emmanuel Macron, que também representa a direita, porém com uma abordagem menos rígida. O caso mais surpreendente, no entanto, veio nas eleições alemãs que viu pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, um partido de extrema direita conseguir representantes dentro do parlamento. (FÁVERO e BENEDITO, 2017, p.1)

A ascensão dessa classe política com viés centralizador como no caso turco ou muito próximos do que se entende como extrema-direita no caso Francês, e até mesmo nacionalista como o caso brasileiro e estadunidense, tem sido tratado como uma nova forma de populismo, o que tem causado uma retomada sobre os debates acerca desse conceito. Ocorre que esse debate resgata velhos fantasmas mundiais: o fascismo e o nazismo.

O conceito de “populismo” empregado por certos cientistas políticos, mídia e até mesmo por parte da esquerda é totalmente inadequado para explicar a natureza da Frente Nacional (ou seus equivalentes na Europa), servindo apenas para semear confusão. Na América Latina dos anos 1930 até os anos 1960, o termo populismo correspondia a algo bem específico: governos nacionais populares ou movimentos ao redor de figuras carismáticas — Vargas, Perón, Cárdenas —, com amplo apoio popular e uma retórica anti-imperialista. Entretanto, o seu uso francês (ou europeu) a partir dos anos 1990 é terrivelmente vago e impreciso. Um dos primeiros a usar o termo para caracterizar o movimento de Le Pen foi o cientista político P.-A. Taguieff, que definiu populismo como “um estilo retórico que está diretamente ligado com o apelo ao povo”. (LÖWY, 2015, p. 659)

Os tabus acerca desses termos e a necessidade da retomada do crescimento econômico, através da geração de emprego, imobilizam a esquerda, de forma que permite legitimidade a

esses movimentos. De fato, não são todos os partidos ou organizações políticas que possuem as estruturas originais do racismo ou do fascismo, dessa forma Löwy (2015, p. 654-655) define três tipos principais:

- a. Partidos de caráter diretamente fascista e/ou neonazista: por exemplo, o Aurora Dourada, da Grécia; o Jobbik, da Hungria; o Setor Direito, da Ucrânia; o Partido Nacional Democrata, na Alemanha; e várias outras forças menores e menos influentes. Aqui também se incluiria a recente criação atípica francesa “nacional-socialista” e antissemita Reconciliação Nacional (Alain Soral).
- b. Partidos semifascistas, isto é, com raízes e fortes componentes fascistas, mas que não podem ser identificados com o padrão fascista clássico. É o caso, em diferentes formas, da Frente Nacional, da França; do FPÖ, da Áustria; e do Vlaams Belang, da Bélgica, entre outros. Seus líderes fundadores tinham ligações estreitas com o fascismo histórico e com as forças que colaboraram com o Terceiro Reich, e vários de seus quadros não escondem a nostalgia pelo passado fascista. Mas suas lideranças atuais tentam “modernizá-los”, apresentando uma imagem mais “respeitável”, por exemplo, substituindo antissemitismo por islamofobia. Por razões que explicaremos adiante, consideramos o conceito de “populismo” como totalmente inadequado para caracterizar esses partidos.
- c. Partidos de extrema-direita que não possuem origens fascistas mas compartilham do seu racismo, xenofobia, retórica anti-imigrante e islamofobia. Exemplos são a italiana Lega Nord, o suíço UDC (União Democrática do Centro), o britânico Ukip (Partido de Independência do Reino Unido), o holandês Partido da Liberdade, o norueguês Partido Progressista, o Partido dos Verdadeiros Finlandeses (True Finns) e o Partido do Povo Dinamarquês. Os Democratas Suecos são um caso intermediário, com origens claramente fascistas (e neonazistas), mas que têm feito grandes esforços, desde os anos 1990, para apresentar uma imagem mais “moderada”.

No caso Turco, o parlamentarismo deu espaço para o autoritarismo de Erdogan, eleito após um suposto golpe militar que culminou na influência direta do primeiro-ministro, que anteriormente deveria se manter imparcial, nas decisões e caminhos políticos do país. Erdogan é o primeiro Presidente eleito por sufrágio universal na Turquia, e assume com um discurso de início de uma nova era pautada da vontade da maioria e contra os secularismos.

De notar que, Erdogan tem justificado o seu poder através das suas sucessivas vitórias eleitorais desde 2002, confundindo a vontade da maioria com a vontade A Turquia de Erdogan: o início do fim ou somente o fim do início? Laura Bastos e André Barrinha da nação. Neste ponto, vários analistas comparam Erdogan ao Presidente russo, Vladimir Putin: os tiques autoritários de Erdogan e a perseguição aos seus oponentes, como no caso do movimento Gülen, são vistos como semelhantes ao *modus operandi* do Presidente russo. É uma comparação que, por enquanto tem os seus limites, uma vez que Erdogan não possui, neste momento, o mesmo espaço de manobra que Vladimir Putin tem na Rússia. No entanto, em particular se a Turquia acabar por evoluir para um sistema presidencial, é possível que as semelhanças entre os líderes se acentuem nos próximos anos. (BASTOS e BARRINHA, 2014, p. 54)

Não obstante, devemos chamar atenção para o caso estadunidense, com a eleição do empresário e agora político Donald Trump. Vinha (2017, p. 8), chama atenção para que os estudos “salientam o facto do arranjo institucional norte-americano apresentar desafios políticos significativos ao normal funcionamento de uma democracia. A crescente polarização política agrava a situação ao obstruir o normal funcionamento do processo democrático.”



O autor chama atenção, ainda, para o fato do partido Democrata, mesmo após 8 vitórias consecutivas, não conseguir atrair a classe trabalhadora, ao passo que se envolveu em diversos escândalos de corrupção e, ainda, por não atrair grupos de hispânicos, jovens e afro-americanos.

Trump aglutina esses grupos identitários sob o discurso do progresso e do empreguismo com o slogan “Make America Great Again” [Fazer a América Grande De novo], de forma que coloca em evidência da questão da identidade na escolha eleitoral.

Por exemplo, após as eleições, Bill Clinton denunciou Trump por explorar uma estratégia racista ao longo da sua campanha: “uma coisa que ele [Trump] sabe é como conseguir que homens brancos e zangados votem nele” (citado em Levy 2016). Num discurso proferido poucas semanas após as eleições, Richard Spencer, o líder do National Policy Institute, uma organização nacionalista que promove a supremacia da raça branca, reforçou esta ideia ao confirmar que Trump tinha permitido que “um povo [branco] despertasse para a sua existência – realizando não só que existia e que possuía uma identidade, mas que era forte” (Spencer 2016). (VINHA, 2017, p. 9)

Nesse contexto, este trabalho vem retomar os estudos marxistas relacionados a estrutura político-econômica brasileira, buscando identificar nas unidades atuantes na balança de poderes no Brasil características que são presentes na obra de Nicos Poulantzas acerca da teoria dos blocos no poder.

Dessa maneira temos como hipótese fundamental que o Brasil passa, a partir de 2013, por graves crises nas diversas esferas de poder em que o Estado atua, queremos encontrar, então, pontos de inflexão entre essas crises para aplicação do conceito gramsciano de crise estrutural.

O objetivo principal nesse sentido é demonstrar que a saída para esse ambiente está na retomada da política de representatividade, de forma que as chamadas frações de classe dominadas ou dominantes possam atuar politicamente no sentido de amenizar essas desigualdades.

Buscamos ainda identificar quem são e o que representam o Estado brasileiro e como se comportam as frações de classe burguesas no jogo político. Por fim procuramos identificar as maiores causas para o advento dessa crise que perpassa por todas as esferas de poder brasileiras desde 2013.

No primeiro capítulo este trabalho traz o debate sobre a estrutura burocrática de Max Weber e Karl Marx, de forma que esse embate possa permitir algumas das principais características da visão de Estado de Nicos Poulantzas.

Essa discussão é necessária para que quando a palavra Estado for abordada na crítica final não se esqueça de que esta instituição é extremamente complexa, dotada de uma estrutura interior e braços que afetam todas as outras esferas de poder.

Este primeiro capítulo traz, também, o debate acerca do que seja democracia representativa. De forma que futuramente será necessário entender esse modelo para

trabalharmos a democracia presidencialista brasileira que, apesar dos governos militares de 1964 a 1988, têm se tornado cada vez mais complexa e dotada de diversos mecanismos de adaptação econômica, fiscal, legislativa e social.

A seguir, no capítulo 2, trabalhamos de maneira mais específica os tipos de crise identificadas por Nicos Poulantzas (1975), de forma a entender como podem afetar diferentemente setores distintos e autônomos na sociedade.

Essa pausa antes da análise prática é necessária no sentido que traz ferramentas para isso. Ora, não se pode utilizar o conceito de crise academicamente de forma irresponsável. Este trabalho entende o valor conceitual que se dão as leituras de mundo, tão que utilizamos este capítulo dois para trabalhar as origens e consequências da instabilidade político-econômica brasileira.

Ainda sobre este capítulo podemos afirmar que através de sua leitura já podemos identificar todas as esferas de investigação acerca de uma crise institucional no Brasil.

Ora, dada a estrutura do Estado e dos agentes da sociedade e a conceituação de crise o trabalho toma o rumo das práxis para procurar entender se este modelo de análise marxista se aplica ao ambiente nacional.

Nesse sentido escolhemos analisar três aspectos principais do cenário que se desenvolveu no Brasil entre os anos 2013 e 2018: política, economia e ideologia da representação.

O primeiro tópico aborda a questão dos partidos políticos brasileiros: quem são os atuais partidos e o que representam politicamente. Ainda trabalhamos nesse capítulo sobre a forma como o fundo partidário e doações de pessoas físicas contribuíram para seus projetos de poder. Por último abordamos aqui, ainda, a política de coalizões, que deixa claro a importância da Câmara dos Deputados nos jogos de poder brasileiros.

Num segundo tópico trabalhamos as consequências ideológicas dessa política de alinhamento e personalismo político. Desenvolvemos a hipótese do esvaziamento das assembleias e filiações políticas e a repulsa pela classe política que vem se desenvolvendo no Brasil.

Este tópico retoma a discussão sobre frações de classe e blocos no poder de Nicos Poulantzas, impulsionados na leitura de Boito Junior (2002 e 2007) acerca da representatividade na política brasileira e a aplicação da estrutura de Poulantzas para a nossa análise.

Por último abordaremos as medidas econômicas adotadas pela presidenta Dilma Rousseff que a afastaram da base alinhada e das instituições econômicas que eram base de seu governo, de forma que o partido foi impedido de continuar no governo.

Este trabalho não possui uma posição política enviesada, de forma que analisaremos pragmaticamente os erros e acertos que contribuíram para a criação do atual cenário brasileiro, entendendo que o Estado tem um grande papel opressor e condutor das relações de poder próprias, mas que por ser uma entidade extremamente complexa acaba por influenciar na estabilidade das outras esferas autônomas de poder como a ideologia e a economia.

## **Capítulo 1 – O Estado Moderno Capitalista**

Faz-se necessária a explanação primária acerca do que sejam os conceitos que serão desenvolvidos nesse trabalho. Isso ocorre, pois, essas estruturas foram base de debates sobre sua essência através dos séculos, de forma que sua utilização carrega uma interpretação enviesada.

Em primeiro lugar construiremos a significância que trará o termo Estado para esse trabalho, para que, posteriormente, possamos questionar melhor a forma como se consolidou essa instituição no Brasil e, quem sabe, colocar em evidência sua representatividade perante a sociedade moderna.

Devemos nos atentar, primeiramente, ao fato de que o Estado Moderno não é apenas uma instituição, mas uma estrutura possuidora do monopólio de poder (WEBER, 1967). Ocasiona que isso se tornou objeto de desejo para o desequilíbrio na balança de poderes entre as classes sociais, de forma que a detenção desse poder possa facilitar na construção do consenso e dar rumo para novas diretrizes políticas, econômicas e sociais para o país.

Para que essa análise seja mais efetiva trabalharemos a conceituação de Max Weber acerca do que seja essa relação entre Estado e poder, dialogicamente traremos visões marxianas e marxistas para problematizar os efeitos que essa concentração do monopólio da violência causam para a sociedade.

Em primeiro lugar devemos trazer a luz algumas afirmações acerca da visão de Weber sobre o Estado: “o Estado é uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território reivindica o monopólio legítimo do uso da violência física” (Weber, p56, 1967). Dizer isso significa que dentro de um espaço demarcado os indivíduos estão subjugados através da força física a seguir as ordens e legislações da instituição detentora desse poder.

De forma que o indivíduo que almeja poder, seja para impor sua própria visão de mundo sobre os demais membros da sociedade ou exclusivamente para alimentar seu apetite egocêntrico, está orientado para a participação da vida política. (WEBER, 1967)

O domínio da instituição ocorre por três maneiras principais: tradição, carisma e/ou legal. O poder tradicional é oriundo da hereditariedade da detenção do território, tal como nos governos monárquicos, ou de poderes divinos, sejam eles reais ou atribuídos ao indivíduo por uma instituição religiosa ou costume popular.

A dominação carismática se dá de forma política, através da exaltação de um líder escolhido por seus seguidores. “Devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que fazem dele o chefe” (WEBER, p. 57, 1967).

Por último Weber trabalha aquilo que entende como o cerne de sua visão de dominação institucional: a dominação legitimada. A diferença dessa para as demais está no fato de que os indivíduos racionalmente constroem um aparato legitimador da distribuição do monopólio de poder, através de estatutos, regras ou leis, que garantem, teoricamente, a igualdade a todos os habitantes desse território. (WEBER, 1967).

Obviamente que com o passar dos tempos essas relações de dominação se permutaram, assumiram novas representações que também se fundiram. Ocorre que, essencialmente, as sociedades buscam maneiras de atribuir o governo a uma instituição burocrática nacional, ou seja, busca fugir da instabilidade que as duas primeiras formas de dominação representam.

Toda empresa de dominação que reclame continuidade administrativa exige, de um lado, que a atividade dos súditos se oriente em função da obediência devida aos senhores que pretendem ser os detentores da força legítima e exige, de outro lado e em virtude daquela obediência, controle dos bens materiais que, em dado caso, se tornem necessários para aplicação da força física. Dito em outras palavras a dominação organizada, necessita, por um lado, de um estado-maior administrativo e, por outro lado, necessita dos meios materiais de gestão. (WEBER, p. 59, 1967).

A figura que deve concentrar esse poder num Estado democrático é o demagogo, visto que esse representa a necessidade de o Estado criar um consenso entre os governados para manter a estabilidade e a legitimidade da concentração do monopólio da violência. A partir dessa visão de Weber podemos trabalhar uma nova característica do Estado: a necessidade de estabelecer uma administração contínua, ou por assim dizer, que seja estável e transmita aos membros da sociedade segurança, de forma que não possa ser contestado ou que não esteja completamente vulnerável a influências e ataques externos.

O que garante essa estabilidade é, na leitura de Motta (sem data), o aparato burocrático que se desenvolveu com o passar dos governos e modelos de Estado através da história da humanidade. Apresentado na forma de constituição ou regimentos internos, as instituições se consolidam nas práticas do poder.

“Num Estado moderno, necessário e inevitavelmente a burocracia realmente governa, pois, o poder não é exercido por discursos parlamentares nem por proclamações monárquicas, mas através da rotina da administração. Isto é exato tanto com referência ao funcionalismo militar quanto ao civil” (WEBER, 1980: 16, apud Motta, p. 4 s.d.)

Esse aparato burocrático deve ter como princípio as necessidades gerais, levando em consideração a construção envolvida nos processos de consolidação do modelo de Estado que representa o momento histórico, econômico e social desse território e da sociedade em questão.

Para instituir essa burocracia fica necessária a criação de uma classe política, profissionais do Estado que cuidarão racionalmente da administração dos ganhos do Estado, de forma que garanta que a dominação do Estado sobre o indivíduo ocorra de maneira legal, respeitando uma forma de “contrato social”, assim o consenso e a governabilidade se mantêm estáveis.

De forma contrária Marx entende que essa dominação seja algo sintomático da modernidade e da complexidade que o Estado tem assumido no cenário político-econômico. O motivo para isso trabalharemos a partir de agora.

Em primeiro lugar devemos ressaltar que Marx chama atenção para o fato de que a sociedade é fruto de uma luta de classes. Classes estas que na etapa industrial do capitalismo Europeu ficam resumidas em dois extratos principais: o burguês dono dos meios de produção e o burguês operário das indústrias.

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. (MARX, p. 1, s.d.)

Decorre disso que a dialética entre as classes são forças motrizes na sociedade, de forma que uma tenta sempre se sobrepor a outra, seja através da violência física ou na total submissão de uma sobre a outra.

Essa relação, proletário *versus* operário, se constituiu através da divisão do trabalho industrial para a produção em massa. Esse processo se desenvolveu durante anos e a metodologia adotada por Marx na construção de seus escritos, o materialismo histórico, permite que o autor desenvolva uma cronologia dos fatos histórico-econômicos.

A criação desse método garantiu a Marx uma nova visão para entender as relações humanas pela história, de forma que compreende o internacional como parte do processo de crescimento da burguesia frente as outras classes sociais, subjugando-as às regras do mercado e do comércio.

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus "superiores naturais" ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do "pagamento à vista". Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso, do entusiasmo cavaleiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio. (MARX, p. 3, s.d.)

Todas as instituições – desde a família até o clero – foram submetidas a lógica do dinheiro, de forma que todas as relações humanas modernas estão sujeitas as condições de produção da burguesia, de maneira que o “médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados”. (MARX, p. 3, s.d.)

Ocorre que para a continuidade do modelo de produção capitalista moderno é necessária a existência de uma classe operária produtora. Esse paradoxo, objeto principal desse estudo, leva a concluir que a saída encontrada pela burguesia para manter o poder foi a submissão total da classe operária, de maneira que esta não pode sobreviver senão se submetendo aos desejos da classe dominante.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX, p. 5, s.d.)

Ainda entendendo o Estado como um consenso entre as classes trabalharemos agora como se dá a essa construção no pensamento marxista, de forma que possamos diferenciar essencialmente a burocracia weberiana da marxista.

Para essa relação de dominação entre as classes dominada e dominante Marx traz seus conceitos mais trabalhados e estudados na academia: a dominação ideológica e a alienação.

Marx entende que a forma como a sociedade se organiza, tanto no âmbito nacional como internacionalmente, está intimamente ligada a forma como é dividida a produção. Isso quer dizer que a formação econômica de um Estado cria um comportamento nos indivíduos e esse comportamento é diretamente influenciado pela rotina, pelos ídolos, pelo pensamento generalizante da sociedade. (FONTES, 2001)

A divisão do trabalho numa nação obriga em primeiro lugar à separação entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola; e, como consequência, à separação entre a cidade e o campo e à oposição dos seus interesses. O seu desenvolvimento ulterior conduz à separação do trabalho comercial e do trabalho industrial. Simultaneamente, e devido à divisão de trabalho no interior dos diferentes ramos, assiste-se ao desenvolvimento de diversas subdivisões entre os indivíduos que cooperam em trabalhos determinados. A posição de quaisquer destas subdivisões particulares relativamente às outras é condicionada pelo modo de exploração do

trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcado, escravatura, ordens e classes). O mesmo acontece quando o comércio se desenvolve entre as diversas nações. (ENGELS, MARX, 1867, p. 5)

De forma prática o autor estuda a forma como a sociedade alemã constrói seus pressupostos: a fé religiosa, a noção de progresso e de trabalho, a adoração da ciência e dos cientistas, o pensamento filosófico em massa, e principalmente a divisão do trabalho. Este último aparece como um compilado do pensamento capitalista moderno, visto que é nesse ponto que podemos iniciar um entendimento sobre a classe operária. (FONTES, 2001)

Isso ocorre, conforme indica Engels e Marx (1867), devido as mudanças nas relações entre o trabalhador e o capitalista após a chegada dos europeus na América e os negócios em expansão com a Índia, ainda com a colonização africana. O argumento que sustenta essa análise é a de que houve aumento no fluxo da produção e a monetarização do trabalho, de forma que o comércio assume um poder político, consequentemente e em ultimas vias defendido através de guerras. Ainda há com esse processo a acumulação de capital móvel em uma pequena parcela da burguesia, os capitalistas donos dos meios de produção.

Esta contradição entre as forças produtivas e a forma de troca que, como vimos, já se produziu diversas vezes no decorrer da história até aos nossos dias, sem todavia comprometer a sua base fundamental, traduziu-se necessariamente, em cada um dos casos, numa revolução, revestindo ao mesmo tempo diversas formas acessórias tais como todo um sem número de conflitos, choques de diferentes classes, contradições da consciência, luta ideológica, luta política, etc. (ENGELS, MARX, 1867, p. 44)

Compõe, ainda, o pensamento do burguês a vivência nas cidades. Ao passo que historicamente a cidade era composta por comerciantes e pequenas manufaturas pautadas na defesa e segurança contra o inimigo externo, com o advento da divisão do trabalho e a monetização há uma mudança radical nessa composição. A partir do momento em que a classe operária<sup>1</sup> representar uma ameaça ao status quo da classe dominante há uma faísca para a revolução. (ENGELS, MARX, 1867)

Todavia há algumas formas que permitem ao capitalista sobrepor sua vontade a classe dominada, evitando que essa revolução aconteça, e consolide seu lugar no poder.

A primeira e mais clássica é a força física, de forma que o indivíduo seja submetido a força por seu dominador. Essa prática foi muito comum nas monarquias e ainda é em governos ditatoriais, de forma que o Estado atua com o monopólio da violência para controle de revoltas e doutrinação dos indivíduos.

---

<sup>1</sup> Aqui lida como um somatório de ideologias e culturas urbanizadas, e reflexo do ambiente de produção em massa industrial.

Através do poder econômico as classes dominantes exercem suas capacidades sobre o operário afim de sobreviver no sistema capitalista. Dessa forma a classe capitalista pode subjugar a operária, de maneira que essa não tenha outra possibilidade senão se submeter ao trabalho. No modelo industrial de produção e com a alienação do trabalhador essa forma é muito, pois a ideologia de consumo e produção é o que move essa sociedade, assim de forma que paradoxal a existência de uma está atrelada a da outra.

Há, ainda, a dominação através da dissimulação política e cultural. Essa dominação é um movimento que ganhou força recentemente com autores como Habermas e Adorno, porém é uma escola antiga do entendimento social. Esse tipo de dominação se faz através da ideologia, uma violência não palpável, porém muito eficaz. Esse modelo será melhor trabalhado mais à frente, quando tratarmos da sociedade contemporânea.

Ao passo que o Estado deve trabalhar no consenso entre essas duas classes, Marx propõe que o Estado Moderno esteja pervertido e subjugado aos interesses dessa elite burguesa, de forma que seus interesses são os mesmos, suas ideologias são as mesmas, e a maneira de atuação violenta de dominação também sejam os mesmos. Ocorre que o Estado, em análise própria, deixa de cumprir sua função no consenso e atua oprimindo violentamente seus cidadãos em função dos dominadores, e ao assumir o poder do Estado a classe dominante tem acesso a diversas maneiras de atuar nessa manutenção.

Como exemplo temos o poder judicial e legislativo, que dão legitimidade a esse processo de dominação. As leis trabalhistas vagas permitem a opressão através da economia, as leis brandas de auditoria militar, garantem legitimidade para torturas, agressões e crimes de homicídio, a concentração da mídia permite alienação e ideologias enviesadas.

Por fim, o aparato burocrático tal como propõe Weber é colocado em evidência, pois o consenso que deve assegurar a legitimidade pode ser entendido como falso, e em última análise subvertido para realizar atos opressivos.

Seguindo esse princípio de Estado Moderno Capitalista, e, ainda, num viés mais marxista de análise, traremos algumas conclusões acerca do tema do autor Nicos Poulantzas. O autor trabalha uma questão muito pertinente acerca da composição dos poderes no que tange as classes sociais.

A complexidade do Estado aumentou ainda mais desde os escritos de Marx, principalmente com a nova fase do capitalismo: o monopolismo. Essa etapa financeira do capitalismo inclui instituições como os bancos, os agentes de investimento, a internacionalização do capital e da divisão do trabalho, o sufrágio da informação massificada,



a ampliação do fluxo de bens e mercadorias, mas principalmente o corporativismo empresarial e um aumento no setor de prestação de serviços. (POULANTZAS, 1975)

Decorre que a classe operária não responde exclusivamente, ainda que dividisse o protagonismo com os camponeses, como a classe dominada. Muito pelo contrário há uma fragmentação das classes sociais, tanto as da esfera dominante como as dominadas:

Atualmente a burguesia se apresenta sempre como constitutivamente dividida em frações de classe: capital monopolista (pois o capital monopolista não é uma entidade integrada, mas designa um processo contraditório e desigual da internacionalização do capital. Estas frações burguesas se situam em seu conjunto, embora em graus variáveis e cada vez mais desiguais, no terreno da dominação política, fazendo então sempre parte do bloco no poder (POULANTZAS, 1975, p. 18)

As esferas dominadas e dominantes, portanto, passam a ser entendidas como um conjunto de vetores, que tal como na física seu saldo pende para uma posição que apresentar mais influências sobre a massa urbana. Ocorre, também, que essas frações representam posições consolidadas como o poder militar do exército, a magistratura, o poder executivo nas prefeituras, os governos de estado, as secretarias municipais, estaduais e federais, os ministérios, etc.

Ou seja, Poulantzas propõe que o consenso do Estado é fluído, altamente variável na medida em que as forças representativas da fração de classe podem atuar em diferentes esferas do poder através de alianças e alinhamentos ideológicos. (POULANTZAS, 1975)

O Estado como uma instituição consolidada deixa de sê-lo, aqui também, visto que além de ser construído por essas frações de classe, ainda é uma instituição capitalista que atua na sociedade para a acumular capital.

Essa posição econômica do Estado capitalista monopolista decorre da necessidade de sobrevivência frente a outros Estados, de forma que o poder econômico tenha deixado de ser uma esfera paralela ao poder político e passa a ser um ator misto, com uma relação de dominação e dominância paradoxal com a sociedade civil e empresarial. (POULANTZAS, 1975)

Sobre o que seja Estado o autor conclui:

Tomar o Estado como condensação material de uma relação é evitar impasses de um pseudodilema na discussão atual sobre o Estado, entre o Estado concebido como coisa-instrumento, e o Estado concebido como Sujeito. O Estado como Coisa: a velha concepção instrumentalista do Estado, utensílio passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única fração, caso em que não se reconhece nenhuma autonomia do Estado. O Estado como Sujeito: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é relacionada a sua vontade própria como instância nacionalizante da sociedade civil. Concepção que remonta a Hegel, retomada por Max Weber e pela corrente dominante da sociologia política burguesa (a corrente “institucionalista-funcionalista”) e que relaciona esta autonomia ao poder próprio que o Estado supostamente detém e aos portadores deste poder e da racionalidade estatal:

notadamente a burocracia e as elites políticas. Com efeito, é um traço próprio desta tendência dotar as instituições-aparelhos de poder próprio, quando na verdade o aparelho de Estado não possui poder, já que só se pode entender por poder de Estado o poder de certas classes e frações, a cujos interesses corresponde o Estado. (POULANTZAS, 1975, p.20)

Para Poulantzas a função do Estado é defender a estabilidade da sociedade civil frente a essa disputa de poder pelas frações de classe, de forma que em momentos de instabilidade essa dinâmica da hegemonia de poder não seja prejudicada.

Além da questão dos conflitos internos do Estado e da luta nacional de classes são adicionados os fatores internacionais no jogo de poderes, uma vez que o mercado monopolista é um modelo transnacional, assim como o comércio de bens e mercadorias, e, por conseguinte o processo de produção. Ocasiona disto que o Estado se comporta internacionalmente como uma unidade tal qual seus indivíduos, ocupando uma posição numa classe ideológica disputando poder. A questão é que alguns Estados exercem sobre outros seus poderes militares, econômicos, políticos, ideológicos, mercadológicos e culturais, e essa postura leva instabilidade ao jogo interno de poderes. Num modelo de mercado econômico tão complexo e interligado como o atual essas influências são ainda mais nocivas, quando em crise, para a saúde institucional e a estabilidade interna dos outros Estados.

Poulantzas (1975) chama a atenção para essa questão quando trata sobre a abertura de áreas de investimento internacional em uma determinada região. Aqui deve-se atentar ao fato de que ao escolher um polo para investimentos, excluindo ainda as motivações e interesses dessa escolha, conseqüentemente há uma influência no processo de desenvolvimento dessa região.

O resultado dessa interação internacional é um processo dialético do desenvolvimento, visto que ao priorizar uma determinada região o agente externo está contribuindo para o desequilíbrio no poder, podendo beneficiar uma elite sobre as outras, tal como no Brasil no período da Primeira República (1898 – 1930) quando as oligarquias do café, no estado de São Paulo, e do leite, em Minas Gerais, praticavam uma alternância de poder enquanto as outras regiões pouco participavam do poder político executivo. (NEGRO, 2013)

Ocorre que as elites dos outros estados se organizavam buscando uma hegemonia local que se alinhavam com essas oligarquias, de forma que se alcançou uma estabilidade sistêmica até 1929, quando ocorre o crack da Bolsa de Valores de Nova Iorque, gerando uma crise econômica e política internacional de superprodução. Esse desequilíbrio permite uma revolução no sistema, com a ascensão da classe operária no Brasil e o início do governo de Getúlio Vargas. (ABREU, s.d.)

Dessa maneira, ao tratarmos do Estado nesse trabalho saibamos que esse conceito carrega consigo uma carga dialética das forças e poderes, resultados de uma luta de classes nacional e internacional, que atua econômica, política, social, cultural, militar e ideologicamente frente aos eventos sociais que se apresentam.

A seguir trabalharemos a forma de governo mais comum ao Estado Moderno Monopolista: a democracia representativa. O objetivo dessa etapa será mostrar como se comportam os partidos políticos e de que forma essa representação da sociedade ocorre, de maneira que fique claro que são alegorias para as frações de classe às quais beneficiam no jogo de poderes.

Para isso traremos o debate sobre democracia representativa, democracia direta e do estado parlamentar, numa abordagem de Norberto Bobbio (1997) para compreender conceitualmente as principais diferenças entre os modelos.

Cabe, todavia, inicialmente reconhecer a noção de igualdade entre os indivíduos perante ao governo, de forma que “o princípio de igualdade perante a lei pode ser interpretado restritivamente como uma diversa formulação do princípio que circula em todos os tribunais: “A lei é igual para todos” (BOBBIO, 1988, p 20). Dessa forma a igualdade é garantida perante julgamento, da mesma forma que todos têm os mesmo direitos e deveres, sendo vedada a produção de legislações discriminatórias e que ataquem opressivamente um grupo identitário.

Considerando a validade desse modelo igualitário temos um segundo momento democrático: definir qual o melhor método para que esses direitos e deveres sejam amplamente participativos, evitando que os processos de tomada de decisão sejam interpretados como imposição de uma classe sobre a outra.

O modelo da democracia direta, na qual o indivíduo é seu próprio representante nas tomadas de decisão do governo, se apresenta com muitas dificuldades para realização.

É evidente que, se por democracia direta se entende literalmente a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a eles pertinentes, a proposta é insensata. Que todos decidam sobre tudo em sociedades sempre mais complexas como são as modernas sociedades industriais é algo materialmente impossível. E também não é desejável humanamente, isto é, do ponto de vista do desenvolvimento ético e intelectual da humanidade. (BOBBIO, 1997, p. 42)

Ou seja, todos os indivíduos nessa sociedade devem ser ouvidos, desde que esses compareçam às assembleias e participem ativamente da política, de forma que possam decidir não somente no que lhes beneficiam, mas através do diálogo encontrar um caminho racional e que governe para a garantia e manutenção desses direitos. (BOBBIO, 1988)

Rousseau, entretanto, também estava convencido de que "uma verdadeira democracia jamais existiu nem existirá", pois requer muitas condições difíceis de serem reunidas. Em primeiro lugar um estado muito pequeno, "no qual ao povo seja fácil reunir-se e

cada cidadão possa facilmente conhecer todos os demais"; em segundo lugar, "uma grande simplicidade de costumes que impeça a multiplicação dos problemas e as discussões espinhosas"; além do mais, "uma grande igualdade de condições e fortunas"; por fim, "pouco ou nada de luxo" (donde se poderia deduzir que Rousseau, e não Marx, é o inspirador da política de "austeridade"). Lembremo-nos da conclusão: "Se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Mas um governo assim perfeito não é feito para os homens" (BOBBIO, 1997, p. 41)

Dada a inaplicabilidade desse modelo de governo na sociedade moderna há duas maneiras mais comuns para uma democracia ser implantada: a democracia representativa e o parlamentarismo. A primeira define um método pelo qual os cidadãos elegem representantes para ocupar os espaços de debate em seu lugar, de forma que seus representantes nos outros poderes atuem em sintonia. Quanto ao parlamento é o método clássico de representação, no qual a instituição do parlamento é quem toma todas as decisões, sem a existência de um poder conflitante como o de um Presidente. (BOBBIO, 1997)

“Em outras palavras, um estado representativo é um estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república, o parlamento mais os conselhos regionais, etc.” (BOBBIO, 1997, p. 44)

Neste trabalho consideraremos o método de governo da democracia representativa, na qual as unidades de poder dentro do Estado, do governo e da sociedade civil são eleitos sob o princípio de igualdade jurídico-política que garante suas liberdades, direitos e deveres.

Cabe dizer, ainda, que este modelo não é perfeito e muito menos uma representatividade que seja tão fiel quanto uma democracia direta. Visto que a escolha de representação não é desprovida de ideologias, e um pouco mais prático que isso, essa figura carrega diversos valores e princípios, de forma que eleitores de diversas camadas se identifiquem com suas posições, ao passo que discordam de outras.

Para dar-lhes apenas uma pálida ideia da confusão em que se cai toda vez que se procura entender e fazer entender o que é que está por trás da relação de representação entre A e B, basta lembrar que dizer que o papa é o representante de Deus na terra não é a mesma coisa que dizer que o senhor Reagan representa o povo dos Estados Unidos. (BOBBIO, 1997, p. 45)

De forma geral, essa escolha é condicionada por uma identidade com a política praticada por um candidato a essa representação, que se eleito terá autonomia para tomar as decisões cabíveis, mesmo que não seja a mais favorável ao seu eleitorado.

Fica então o questionamento sobre a efetividade desse modelo: "Como o representa?" e "Que coisa representa?"

São conhecidas as respostas mais comuns a estas duas perguntas. À primeira: A pode representar B ou como delegado ou como fiduciário. Se é delegado, A é pura e

simplesmente um porta-voz, um núncio, um legado, um embaixador, de seus representados, e, portanto, o seu mandato é extremamente limitado e revogável *ad nutum*. Se ao invés disto é um fiduciário, *A* tem o poder de agir com uma certa liberdade em nome e por conta dos representados, na medida em que, gozando da confiança deles, pode interpretar com discernimento próprio os seus interesses. Neste segundo caso diz-se que *A* representa *B* sem vínculo de mandato; na linguagem constitucional hoje consolidada diz-se que entre *A* e *B* não existe um mandato imperativo. Também à segunda pergunta (sobre "que coisa") podem ser dadas duas respostas: *A* pode representar *B* no que se refere aos seus interesses gerais de cidadão ou no que se refere aos seus interesses particulares, por exemplo, de operário, de comerciante, de profissional liberal, etc. A diferença a respeito do "que coisa" repercute também sobre a diferença a respeito do "quem". (BOBBIO, 1997, p. 46)

Podemos concluir, que a escolha dos representantes está diretamente associada a identidade com as frações de classe, tal qual trabalha Poulantzas, essas figuras eleitas e as escolhidas indiretamente para compor as unidades de poder dentro do Estado e da sociedade civil devem representar os interesses das frações de classe mais hegemônicas, alimentando o jogo de poder e garantindo um aparato burocrático fluído, no qual as regras e legislações acompanhem a modernização e as movimentações do saldo do jogo de poder entre as classes.

Ocorre que esses conflitos não são harmônicos para com o sistema monopolista capitalista, muito menos para os regimes políticos, democráticos ou não, e muito menos para as economias. Essas esferas de poder e as consequências desse saldo podem se desenvolver em crises que se desenvolvem nas instabilidades desse jogo de poder.

## Capítulo 2 – Crises: conceitos e tipificações

Neste breve capítulo daremos um enfoque maior acerca do que entenderemos por crise. Para isso trabalharemos as diversas formas que afetam a estabilidade e a balanço de poderes na atual fase do Estado capitalista monopolista, assim como as consequências finais desse reequilíbrio.

O embasamento para esse capítulo será a obra de Nicos Poulantzas (1975), visto que sua visão de Estado se apresenta como mais eficaz para entender as relações de poder entre as frações de classes propostas por esse trabalho.

Cabe lembrar que os efeitos de uma crise interna e a complexidade do sistema político-econômico isso transborda para outros Estados, de forma que cria um ‘efeito dominó’ em cadeia, assim tentaremos abordar, primeiramente, somente questões internas ao Estado, deixando essa influencia internacional, seja ela direta, ou indireta para um segundo momento.

Devemos, ainda, lembrar que as características que determinam um contexto histórico são únicas, desta forma não se deve comparar, a título de especulação, uma ou outra crise. Assim, fica claro que por mais que apareçam semelhanças não há uma repetição de crise, visto que os atores, as motivações, e as fontes de desequilíbrio são diferentes, assim como as consequências e efeitos secundários. (POULANTZAS, 1975)

Não obstante, há ainda um questionamento acerca da existência uma crise de fato, ou se esse momentos se trata de uma readaptação das estruturas sociais. De forma que possa ocorrer momentos de instabilidade mesmo que não ocorra uma contestação real das ferramentas e instituições capitalistas. (POULANTZAS, 1975)

Algumas destas transformações explicitam, de maneira mais geral, características próprias da fase que a reprodução do capitalismo atravessa: o que significa que, no caso de uma reabsorção da crise do capitalismo e da crise do Estado, as modificações profundas dos aparelhos do Estado não deixarão de persistir. O que significa também que, por outro lado e na medida em que se assiste igualmente a uma crise de alguns destes Estados, esta crise se articula às transformações mais gerais relativas à forma de Estado na fase atual do capitalismo monopolista, e que os caracteres próprios da crise do Estado que afetam estes Estados estão inscritos nestas transformações mais gerais. (Poulantzas, 1975, p. 3)

Para definir melhor se há uma crise ou uma crise na fase de reprodução do capitalismo cabe, inicialmente, uma definição mais detalhada sobre os principais tipos: crise de Estado, crise econômica e crise ideológica.

O primeiro desafio deste capítulo será a tentativa de isolar estes tipos de crise para análise, visto que o Estado capitalista monopolista é, tal qual assumimos no capítulo anterior, uma somatória de saldos das lutas de classe, de forma que é, também, uma aglutinação de áreas

de interesse nas quais o Estado atua. Ora, considerando que o Estado atua politicamente, economicamente, ideologicamente e socialmente esses tipos, individualizados, representam uma superficialidade na análise.

Inicialmente trataremos de crises econômicas, pautados em suas origens, desdobramentos e, como propõe Poulantzas (1975), nas concepções dialéticas desse movimento.

A concepção da economia e da sociologia burguesa da crise, que corre atualmente as ruas, a saber finalmente a crise como momento ou instante “disfuncional” que rompe, de modo súbito senão por um golpe do destino, o funcionamento de outro modo harmonioso do “sistema”, momento forçosamente sempre passageiro (um mau momento que passará) até o restabelecimento necessário do “equilíbrio”. (POULANTZAS, 1975, p. 4)

Essa visão de crise é contrária a concepção marxista da sociedade, uma vez que essa definição atribui ao acaso a ocorrência de instabilidades, enquanto a primeira trata a existência da crise como resultado da luta de classes e da necessidade do lucro. Ocorre que esse saldo é primordial para o entendimento dos fenômenos de crise, uma vez que as crises econômicas acontecem com a queda do lucro médio, de forma que estão diretamente ligadas as questões oriundas da dicotomia capitalista/trabalhador. (POULANTZAS, 1975)

No primeiro momento trataremos os momentos de instabilidade do capitalismo como “purgações periódicas” (PUOLANTZAZ, 1975 p, 5) pelas quais a economia e o capitalismo devem passar para se readaptar após um período de estabilidade e crescimento. Entender esse processo demanda o conhecimento de que a economia ativa capitalista fomenta a diminuição da taxa de lucro, isso acontece através da desvalorização maciça de partes do capital constante, de reestruturações que permitem o aumento na produtividade do trabalho a da taxa de exploração do trabalho.

Esses eventos são naturais num sistema econômico com ou sem intervenções do Estado, visto que a auto regulação do mercado atuaria e as burocracias econômicas desenvolvidas com o passar dos anos devem garantir a sobrevivência do sistema, de forma a controlar a inflação, o nível de consumo, a distribuição de renda e a taxa de juros.

Chama atenção, porém, de que a ocorrência dessa crise não advém exclusivamente de ocorrências factuais acidentais, mas para que o burguês dono dos meios de produção mantenha sua taxa de lucro, ou por assim dizer, que mantenha a classe dominada sob os princípios de produção e consumo. Assim, nota-se que o equilíbrio da balança de poderes econômicos quando alcançado deve estar em função da classe dominante no sistema capitalista, de forma que o burguês concentre o poder em si, e os trabalhadores sejam unidades fundamentais

produtivamente desses valores econômicos. A existência desses eventos se dá organicamente e/ou artificialmente, permitindo momentos de reinvenção do sistema.

Todavia, se o sistema capitalista monopolista está submetido a essa necessidade constante e repetitiva de entrar em colapso para se reinventar e reabsorver as novas demandas da sociedade para prolongar sua existência, estaria, então, sempre em crise econômica? (POULANTZAS, 1975)

O que parece lógico afirmar é de que sim, o sistema capitalista teria em seu *modus operandi* a necessidade de trabalhar sobre a resolução de conflitos interno, reestabelecendo poderes perdidos em um determinado momento, e ao mesmo tempo se enfraquecendo ao abstrair outros setores.

Todavia, Poulantzas trabalha outra forma de interpretar essa questão, ele busca mostrar que os elementos genéricos, lidos aqui como o saldo da luta de classes, são únicos em cada crise, visto que representam um momento histórico único.

O que quer dizer que os elementos da crise existentes permanentemente na reprodução do capitalismo devem ser tomados em função das transformações próprias ao estágio e à fase que atravessa o capitalismo, mas que no interior desta periodização dispõem-se as situações de condensação das contradições que podemos designar como crises. Estas crises trazem assim a marca dos períodos que o capitalismo atravessa, sem por isso se diluírem neles. (POULANTZAS, 1975, p. 7)

Podemos concluir, assim, que não podemos buscar teorias que se apresentam como uma resposta teleológica da crise, ou seja, que busca em respostas passadas prever instabilidades e resultados futuros, mas que o caminho é mais específico, deve acompanhar uma noção da realidade atual, das demandas e pressões resultadas na luta de classes e dos saldos que ela deixa. Só assim, de acordo com Poulantzas (1975) é possível romper com a lógica das crises econômicas no capitalismo monopolista.

O mesmo caminho usado para a crise no sistema econômico capitalista podemos utilizar para interpretar as crises do Estado monopolista. De forma que, ainda que seja possível o acontecimento de eventos naturais, orgânicos e harmoniosos, o fator principal e determinante para a crise de Estado é a distribuição de poderes nas unidades.

O autor deixa claro que essa visão abstrai o “pluralismo de ‘poderes’ e de ‘contra poderes’, de ‘institucionalização dos conflitos sociais” (POULANTZAS, 1975, p. 7). O preço que se paga por essa abstração é a naturalização da crise política, de maneira que sua identificação se torna difusa, podendo ser confundida com conflitos de ideias ou opiniões político-sociais, crise de legitimidade ou de representatividade.

Quando de fato: a) Os elementos genéricos de crise política, devido à luta de classes, são inerentes à reprodução mesma do poder político institucionalizado; b) A crise



política – crise do Estado detém ela mesma, sob certos aspectos, um papel orgânico esta reprodução da dominação de classe pois, a menos que o resultado da luta chegue à transição para o socialismo, esta crise poder ser a via para que se restaure, por meios específicos, uma hegemonia de classe vacilante, e a via de uma transformação-adaptação, por meios específicos do Estado capitalista às novas realidades da luta de classes. (POULANTZAS, 1975, p. 8)

Da mesma forma, levar esse pensamento de que a frequência das crises leva a crer que há uma única crise que transborda o tempo, leva a evitar as mudanças e os desdobramentos de crises passadas, deixando de ser uma ferramenta sólida para interpretação da realidade e alimentando o *status quo* da balança de poderes em favor da classe dominante.

De maneira ainda mais grave, podemos encontrar respostas nos caminhos adotados para análise pelo autor: 1928-1935, quando a interpretação da crise de alguns Estados europeus foi interpretada como hereditárias. O resultado dessa análise do Estado levou aos acontecimentos da fascistização das políticas, que surge com respostas lógicas que resolveriam de uma vez por todas as demandas da população. (POULANTZAS, 1975)

Assim, temos que a crise de Estado, é a condensação de crises políticas, de forma que essas demandas e as consequências políticas dos atos gerados na luta de classes sejam institucionalizados, e passam a constituir as unidades do Estado, que ao entrar em um período de crise, se vê engessado pela própria estrutura construída. (POULANTZAS, 1975)

É importante explicar, aqui, que o acontecimento de uma crise econômica, ou política ou do Estado não resulta necessariamente na ocorrência de uma outra. Fica evidente que essas esferas de poder tem uma autonomia com burocracia e instituições próprias.

Pode-se assistir a crises políticas que estando, certamente, em relação com as coordenadas fundamentais de reprodução e das lutas em torno da exploração, não estão, no entanto, em relação com nenhuma crise econômica no sentido rigoroso do termo: nada de mais falso do que acreditar que uma crise política, uma intensificação e uma condensação das lutas de classe a nível político e no seio do Estado só podem “resultar” de uma crise econômica no sentido estrito, e que de algum modo a pressupõem. (POULANTZAS, 1975, p. 9)

No entanto, essa separação entre Estado e economia não é completa, apesar de autônomas essas estruturas têm pontos de ligação que podem resultar no transbordamento de uma área para a outra. De forma prática as consequências de uma crise política ou econômica podem criar um ambiente onde a crise de uma favoreça a ocorrência da crise de outra.

Poulantzas (1975) ressalta que essa relação de proximidade ocorre mais comumente em alguns poucos países capitalistas visto que as estruturas do Estado estão mais interligadas com as estruturas econômicas, assim temos que o termo que designa esse tipo de acontecimento é a crise estrutural. O termo gramsciano deve ser usado aqui, com o mesmo cuidado das crises políticas e crises econômicas, de forma que esteja mais relacionada a conjuntura atual da crise.

Não há, ainda, a necessidade de que essa crise seja simultânea, pois ocorrem paralelamente nas instituições e nas áreas de atuação próprias. Assim, não é necessária a contemporaneidade da crise econômica e da crise política para se traduzir em uma crise estrutural, basta que os eventos que desencadearam uma estejam diretamente relacionados como causa e consequência da outra.

Dessa forma temos que a crise estrutural só deve ser assim nomeada quando o “conjunto das relações sociais e que se manifesta numa conjuntura, no sentido de uma situação de desvendamento e condensação das contradições inerentes à estrutura social” (POULANTZAS, 1975, p. 10). Buscando sempre diferenciar essa crise das crises econômicas recorrentes do capitalismo, de forma que somente quando essa crise afete político-ideologicamente a sociedade.

O autor finaliza seu capítulo com algumas considerações acerca da crise política, visto que ela pode ser identificada em alguns espectros específicos na sociedade como no Estado, nas instituições ou na ideologia. Isso ocorre, pois, a política abrange mais que somente o Estado, assim não pode se resumir a Ele.

Uma crise política, mesmo recobrindo uma situação-conjuntura precisa, não se reduz, no entanto, a uma espécie de deflagração momentânea ou instantânea, mas constitui um processo efetivo, com ritmo próprio, com tempos fortes e fracos, com altos e baixos, e que pode frequentemente se estender por algum longo período: é este processo mesmo que, todo o tempo, consiste de uma situação-conjuntura particular de condensação de contradições. (POULANTZAS, 1975, p. 12)

Apesar de algumas análises reducionistas não devemos esquecer que as crises políticas estão associadas ao poder político que é a causa principal das lutas de classe, dessa forma só pode se tratar de uma crise política quando o que é afetado são as relações de força na luta de classes. Assim, temos que há a criação de um espaço no poder para alterações substanciais na esfera autônoma da política. (POULANTZAS, 1975)

Toda crise política resulta numa crise ideológica, visto que a construção das relações de dominância de uma classe sobre a outra se dá através de identidades e ideologias, pautadas no momento histórico-econômico-social em que se encontram, e que devem se readaptar e se reestruturar a cada mudança necessária ao equilíbrio das forças.

A conjuntura específica é o que garante a originalidade e a temporalidade única na criação de uma ideologia de classe, de forma que as frações de classe e as classes sociais atuem congruente ou conflitivamente, permitindo arranjos e rearranjos de poder para equilibrar a balança de poderes. (POULANTZAS (1975)

O resultado dessa crise ideológica pode se dar em dois caminhos distintos, de forma resumida: o primeiro na alteração do Estado e na garantia de representatividade e o segundo na dominação total de uma classe sobre a outra.

No primeiro cenário temos a noção de que as frações de classe se organizam para sobreviverem no sistema. Dessa maneira se submetem a organização formal do Estado e passa a participar ativamente das relações de poder, subtraindo poderes de outras frações, sejam elas aliadas ou opositoras, mas não há a criação de força, o jogo de poderes tem saldo zero de forma que o equilíbrio só será atingido quando toda a força do Estado ou do aparato ideológico estejam distribuídos, seja igualmente ou não, mas deve garantir a sobrevivência daquela fração no cenário político.

Todavia, no cenário onde a classe dominante é hegemônica ideologicamente, temos que esses rearranjos servem para a manutenção do *status quo*, de forma que a classe dominante subjuga as classes dominadas através da imposição de uma sociedade que trabalhe em seu serviço e no sentido de garantir a estrutura social.

Segue-se que toda crise política, tanto na modificação das relações de força da luta de classes e nas rupturas internas que ela provoca no seio dos aparelhos do Estado, se articula necessariamente a uma crise ideológica que, no que concerne ao Estado, se traduz em uma crise de legitimação. A crise política se articula notadamente a uma crise da ideologia dominante, tal como ela se materializa não apenas nos aparelhos ideológicos (Igreja, meios de informação em massa, aparelho culturais, aparelho escolar, etc), mas igualmente no aparelho de intervenção econômica do Estado e nos seus aparelhos por excelência repressivos (exército, polícia, justiça, etc). (POULANTZAS, 1975, p. 14)

Por último, é importante ressaltar que o Estado monopolista capitalista é uma instituição, como abordamos no capítulo 1, organicamente mista, dotada de poderes para articular economicamente e politicamente na sociedade. Decorre disso que o Estado está num ponto de inflexão das duas esferas, sendo sujeito às duas crises, que ocorrem às vezes em uma ou em outra esfera exclusivamente, assim como pode sofrer crises simultâneas, paralelas, ordenadas e temporariamente distintas, quando ocorrem crises institucionais.

Dessa maneira fica difícil identificar quando ocorre uma ou outra crise isoladamente, visto que, por exemplo, eventos originados na área econômica podem afligir tão negativamente o Estado, que passará a atuar mais ativamente para a manutenção de seu poder nessa esfera. Todavia essa atuação não garante sucesso e estabilidade, muito pelo contrário, pode ocasionar ainda maiores problemas, como insegurança de investidores receosos com medidas protecionistas e intervencionistas.

O contrário também é válido, pois uma instabilidade política pode causar um desconforto tamanho que os agentes de mercado passem a debandar das relações comerciais e financeiras, preferindo mercados mais estáveis e seguros.

A internacionalização do Estado, ainda na leitura de Poulantzas (1975) permite ainda entender que essa estrutura pode ser aplicada, ainda, internacionalmente, de forma que as crises políticas, econômicas, ideológicas e estruturais podem transbordar para outras economias e Estados, que pouco têm relacionamento com as origens primárias da crise.

Temos como certo que as crises estruturais ocorrem quando as instituições das esferas de poder estão sendo questionadas pelas frações de classe, ou pouco úteis para a manutenção do poder hegemônico, e que são esses momentos que permitem as revoluções e reformas no Estado.

### Capítulo 3 – As crises brasileiras de 2013 - 2018

Entendido o conceito de Estado utilizado, um organismo burocrático moldado por disputas de poder entre as frações de classe da sociedade e que, apesar de autônomo, é uma esfera de poder interligada a economia, daremos agora um enfoque prático para esta corrente marxista proposta por Nicos Poulantzas.

Abordaremos, agora, as causas e desdobramentos da crise atual brasileira, buscando identificar quais os papéis econômico, político e ideológico desempenhados para a construção do ambiente de polarização político-ideológica no Brasil entre os anos 2013 a 2018, que permitiram o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2015 e culminou na eleição de Jair Messias Bolsonaro para o cargo chefe do poder Executivo e a ascensão do Partido Social Liberal numa suposta renovação do Congresso brasileiro.

Para isso faremos, inicialmente uma breve digressão para entender o ambiente político-econômico do período, de forma que possamos identificar os atores e as representatividades das frações de classe que disputam o poder Estatal. Assim, buscaremos analisar as principais características constituintes dos partidos políticos no Brasil e como se comportam as frações de classe na democracia. Esse momento será guiado pelas leituras de Braga e Bourdoukan (2009), que abordam a redução de filiados nos partidos e o aumento da concentração de poder em cinco partidos através da criação do fundo partidário.

Abordaremos, ainda, como se comportam os partidos políticos no sistema de coalizão, método pelo qual os partidos se coligam, aliando interesses em comum para alcançar seus objetivos nas diversas esferas de poder político nacionais e internacionais.

Por último buscaremos, através das definições de crise de Nicos Poulantzas (1975), identificar as características necessárias para a determinar a classificação da crise brasileira e, assim, poder entender melhor os eventos que levaram ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff em dezembro de 2015.

Essa digressão será feita com base no trabalho de Armando Boito Junior (2007): Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. Artigo este que aborda uma construção das figuras brasileiras que atuam como frações de classe dominantes e dominadas, assim como trabalhar as questões de blocos no poder, desenvolvida por Poulantzas numa aplicação nacional.

Utilizando essas análises buscaremos mostrar a seguir que o Brasil passa por uma instabilidade geral, que gerou uma crise econômica e política, mas somente após o estudo das origens dessa poderemos afirmar que há uma crise estrutural e um rearranjo de forças traduzidos em reformas e revolução nas instituições.

### 3.1. Os partidos políticos e o financiamento partidário

Para trabalhar a crise estrutural que se desenvolveu no Brasil a partir de 2014 teremos que abordar, primeiramente, a estrutura partidária que se desenvolveu no país a partir de 1964. O motivo para isso é que o golpe de Estado que evoluiu até se consolidar como uma ditadura representa uma movimentação política nova ao país, tão que alterou partes da estrutura democrática e representativa da população.

A ótica utilizada para essa análise será a de Braga e Bourdoukan (2009) que tem como objeto de estudo o financiamento partidário e as consequências na representatividade ocasionada com a concentração de recursos em 5 grandes partidos (PT, PSDB, DEM, PMDB e PP influência na consolidação dos partidos políticos.

Historicamente os partidos políticos atuais brasileiros têm origem na dissolução do bipartidarismo entre Arena e MDB, partidos estes que eram os únicos autorizados a existir no governo militar após 1965 com o AI-2.

Os partidos necessitavam de uma estrutura básica obrigatória que era imposta pela Lei Orgânica dos Partidos (1965).

Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1965, esses partidos políticos deveriam criar diretórios estaduais em, pelo menos, metade dos estados brasileiros. Já um diretório estadual somente poderia ser fundado se o partido tivesse criado órgãos locais em pelo menos um quarto dos municípios do estado. E mesmo para a criação de um diretório municipal o partido precisaria possuir um número mínimo de membros filiados fixado de acordo com o tamanho do eleitorado do município. (BRAGA e BOURDOUKAN, 2009, p. 120)

O projeto político desse período se baseia em esferas municipais estaduais e federais de poder, de forma que controladamente os partidos poderiam atuar em diversas áreas da sociedade ao mesmo tempo.

Ocorre que ao decorrer dos anos e o embrutecimento do regime militar, o MDB passou a angariar mais poder político em forma de representatividade e essa ascensão garantiu ao partido, em 1974, 44% dos eleitos na Câmara dos Deputados. Essa posição garantiu ao partido a possibilidade de enfrentar o governo militar e iniciar a transição democrática.

O custo da transição foi a dissolução do MDB e do ARENA, que a partir dos anos 80 se dividiram em cinco partidos principais: “PMDB, PDS, PDT, PTB e PP. Este sistema foi ampliado depois da Emenda Constitucional de 1985, que estabeleceu a liberdade total de organização partidária” (BRAGA e BOURDOUKAN, 2009, p. 121)

A tabela a seguir mostra como esses partidos se inseriram nessa redemocratização, deixando clara a pouca representatividade em alguns e sendo mais presente em outras:

**Tabela 1** – Filiação aos novos partidos pelos membros da ARENA e do MDB – Câmara Federal, agosto de 1982

Novos Partidos	Partidos Dissolvidos		TOTAL
	MDB	ARENA	
PMDB	136	32	168
PDS	28	196	224
PTB	11	3	14
PDT	9	—	9
PT	5	—	5
TOTAL	189	231	420

Fonte: Braga e Bourdoukan (2009, p. 122)

Braga e Bourdoukan (2009) ressaltam que os partidos PDS e PMDB saíram na frente na corrida eleitoral, visto que já possuíam estruturas disseminadas e prontas a serem usadas, enquanto os demais partidos precisavam se estruturar.

A expansão partidária iniciada em 85 atingiu o número de 35 partidos registrado no Tribunal Superior Eleitoral em 2018<sup>2</sup>, na Tabela 2 temos a elegibilidade desses partidos entre 1982 e 2006 na Câmara dos Deputados.

Para uma análise mais prática agrupamos os partidos de menor expressão em dois grupos de acordo com sua orientação ideológica: PPD = Partidos Políticos de Direita entre 1986-2006 (PDC, PSC, PMB, PH, PMC, PASART, PPB, PTR, PND, PRT, PNR, PCN, PTN, PN, PRN, PDI, PRP, PST, PRS, PSD, PAS, PSL, PD, PLH, PRONA, PTC, PHS, PSDC, PTdoB, PAN, PSU, PAP, PEB, PBM, PTRB, PRTB E PGT. PPE = Partidos Políticos de Esquerda entre 1986-2006 (PCB/PPS, PS, PMN, PV, PSTU, PSOL, PCB E PCO).

O crescimento dos partidos de esquerda na Câmara dos Deputados até 2006 está relacionada com a alta taxa de aprovação do então presidente Luís Inácio Lula da Silva e os resultados apresentados por seu governo, tanto no plano nacional como no internacional.

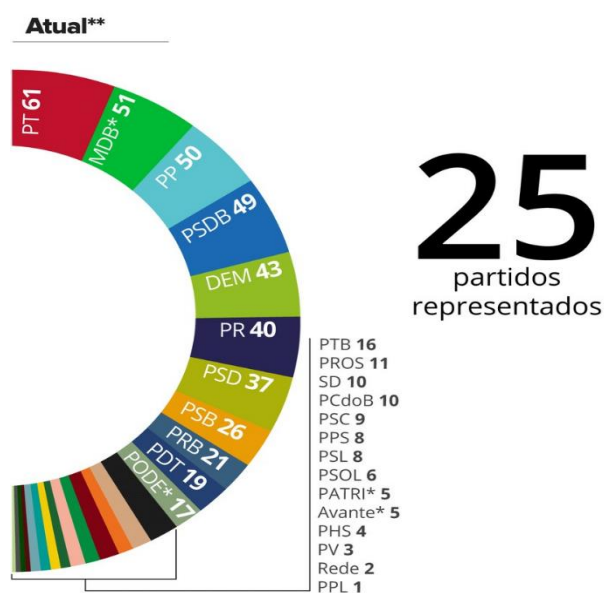
<sup>2</sup> Fonte: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em: 15/11/2018

**Tabela 2** – Resultado das eleições para a Câmara dos Deputados, 1982-06 (%)

	1982		1986		1990		1994		1998		2002		2006	
	VOTOS	%	VOTOS	%	VOTOS	%	VOTOS	%	VOTOS	%	VOTOS	%	VOTOS	%
PDS/ PPR/ PPB/ PP	17.775.738	43,2	3.731.735	7,9	3.609.196	8,9	4.201.563	9,2	7.553.169	11,3	6.840.041	7,8	6.660.951	7,1
PFL/ DEM			8.374.709	17,7	5.026.474	12,4	5.830.916	12,8	11.525.279	17,3	11.706.231	13,4	10.182.308	10,9
PTB	1.829.055	4,4	2.110.467	4,5	2.277.882	5,6	2.378.808	5,2	3.768.196	5,7	4.052.107	4,6	4.397.743	4,7
PL/PR			1.335.139	2,8	1.721.929	4,3	1.591.777	3,5	1.643.941	2,5	3.780.259	4,3	4.080.272	4,4
PMDB	17.666.773	43	22.633.805	47,8	7.798.653	19,3	9.203.551	20,3	10.105.896	15,2	11.692.011	13,4	13.580.517	14,6
PSDB					3.515.809	8,7	6.373.903	14	11.681.956	17,5	12.534.774	14,3	12.689.073	13,6
PDT	2.394.723	5,8	3.075.429	6,5	4.068.078	10	3.237.289	7,1	3.774.511	5,7	4.482.528	5,1	4.854.017	5,2
PSB			450.948	1	756.034	1,9	974.538	2,1	2.273.219	3,4	4.616.860	5,3	5.730.612	6,1
PT	1.458.719	3,5	3.253.999	6,9	4.128.052	10,2	5.959.854	13,1	8.786.528	13,2	16.093.987	18,4	13.989.859	15
PPD <sup>1</sup>			1.858.144	3,9	7.205.824	17,8	5290719	11,6	4077099	6,1	7.651.857	8,7	5.872.729	6,3
PPE <sup>2</sup>			530.956	1,1	640.444	1,6	668.379	1,5	1.770.497	2,6	4.382.143	5	11.146.606	12
TOTAL	41.125.008	100	47.311.158	100	40.498.769	100	45.447.744	100	66.600.077	100	87.549.923	100	93.184.687	100

Fonte: Braga e Bourdoukan (2009, p. 124)

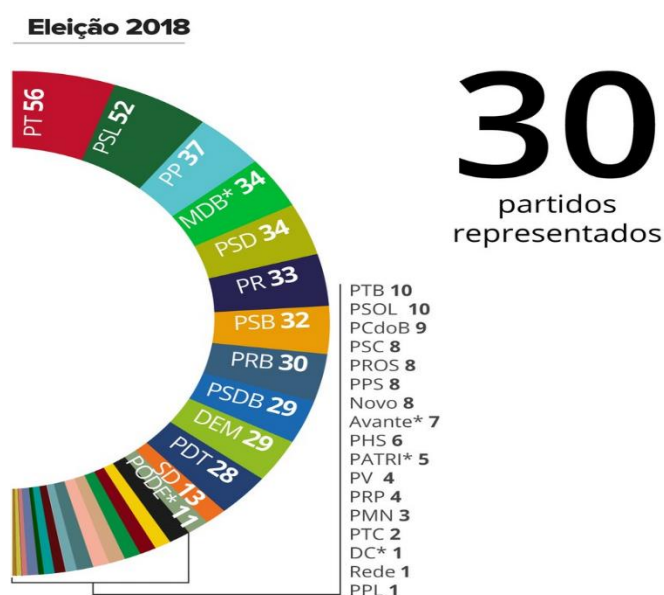
No entanto, temos que a partir das eleições de 2014 e 2018 a Câmara assumiu um crescimento na participação do jogo político. Nas figuras 1 e 2 temos a confirmação desse aumento e quais são as mudanças mais significativas nessas eleições.

**Figura 1** – Resultado das eleições para a Câmara dos Deputados, 2014



Fonte: Caesar (2018)<sup>3</sup>

**Figura 2** – Resultado das eleições para a Câmara dos Deputados, 2018



Fonte: Caesar (2018)<sup>4</sup>

Se esse aumento de atores no jogo político é ou não um resultado positivo ideologicamente não cabe a este momento analisar, o que deve ser feito, agora é buscar uma explicação para o surgimento e ascensão de novos partidos.

O que impulsionou esse rearranjo na leitura das autoras Braga e Bourdoukan (2009) foram as alterações na forma como se constitui os financiamentos de campanha e dos gastos durante os mandatos.

“Os recursos para o financiamento político podem vir dos próprios partidos ou de contribuições de fontes públicas e/ou privadas.” (BRAGA e BOURDOUKAN, 2009, p. 127). Assim trabalharemos agora a forma como se dão essas formas individualmente.

Uma das formas mais comuns é a cobrança da filiação ao partido. Como um associado o candidato contribui com mensalidades ou anuidades, de forma a manter os gastos principalmente nas unidades municipais.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>

<sup>4</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>

Há, também, a possibilidade de que esses partidos recebam doações de fontes privadas, a legislação atual proíbe que as doações sejam feitas por pessoas jurídicas, de forma que exclusivamente pessoas físicas sem ligações com cargos políticos ou públicos.<sup>5</sup>

Por último há o fundo partidário, distribuído pela união e que segue a seguinte estrutura:

Lei n. 11.459, de 21 de março de 2007: O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 41-A: “Art. 41-A. 5% (cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 95% (noventa e cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão distribuídos a eles na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. (BRAGA e BOURDOUKAN, 2009, p. 134)

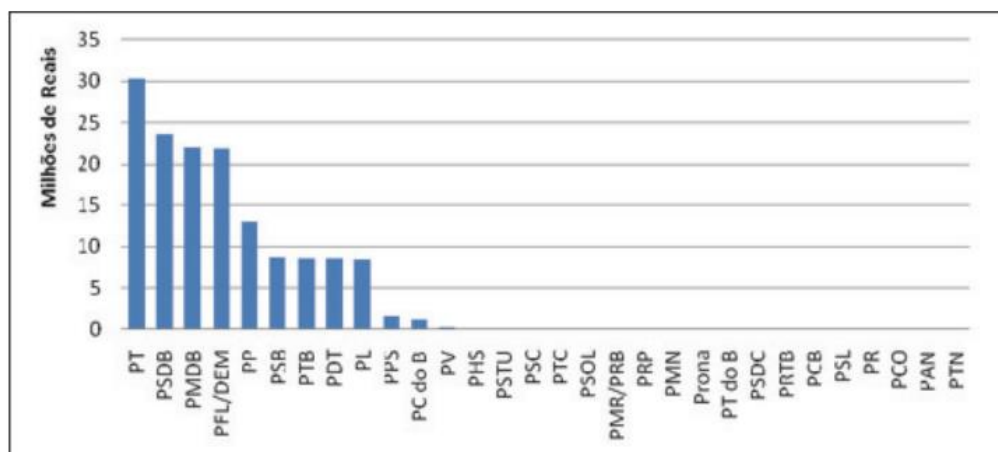
Essa lei vem para substituir a Lei nº 6.937<sup>6</sup> com o objetivo de evitar que um partido se torne tão hegemônico a ponto de se apropriar de maneira assimétrica do fundo partidário, sufocando os partidos menores que dependem dessa verba para sobreviver no cenário político brasileiro.

O resultado dessa legislação já fica evidente nas eleições de 2007, através dos gráficos 1 e 2 a seguir, podemos concluir que essa lei garantiu ao menos poder de manutenção a esses pequenos partidos, garantindo maiores igualdades para financiamento de campanha e a possibilidade de se reorganizarem para conseguir poder.

### **Gráfico 1 - Percentual do fundo partidário recebido por partido em 2006**

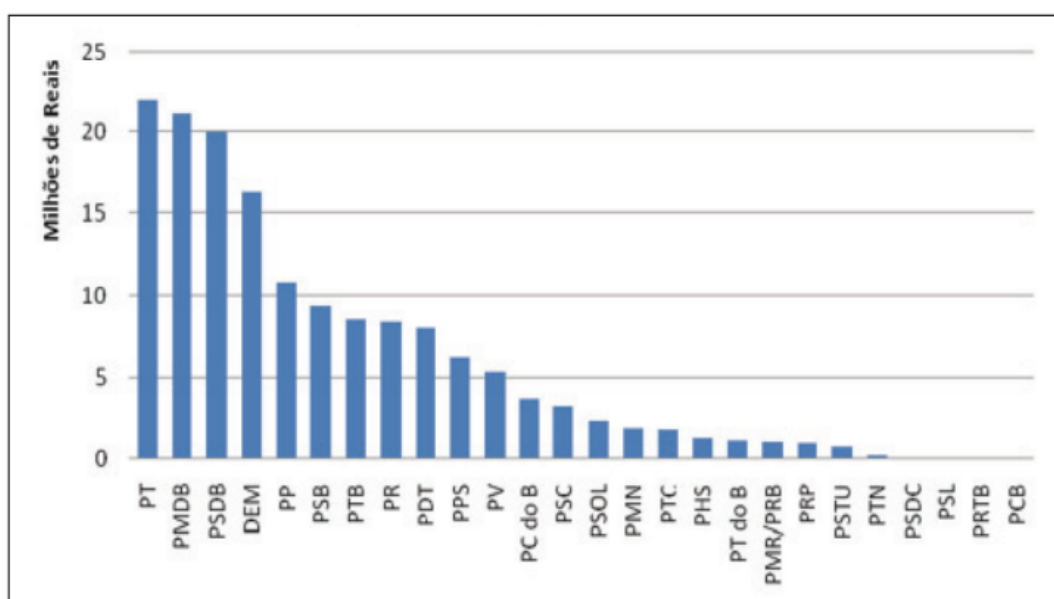
<sup>5</sup> PEC 110/2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131127>

<sup>6</sup> Lei nº 6.937, de 31 de agosto de 1981 “Art.3º. Os recursos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos correspondentes ao saldo de 1979 e os efetivamente arrecadados em 1980, inclusive as importâncias resultantes do excesso de arrecadação serão distribuídas pelo Tribunal Superior Eleitoral aos Diretórios Nacionais dos Partidos, observando o disposto no §1º. deste artigo. §1º. Os recursos mencionados no caput deste artigo serão: I- Divididos em tantas cotas quantos forem os membros da Câmara dos Deputados; II – Distribuídos aos partidos políticos, após o seu registro definitivo, na proporção de sua representação na referida Câmara. §2º. Na distribuição dos recursos a que se refere este artigo não se aplicarão os incisos I e II do art.97 da Lei n. 5.682, de 21 de julho de 1971, salvo quanto à proporcionalidade da representação dos partidos na Câmara dos Deputados



Fonte: Braga e Bourdoukan (2009), p. 136

**Gráfico 2** - Percentual do fundo partidário recebido por partido em 2007



Fonte: Braga e Bourdoukan (2009), p. 137

Dessa forma, temos que os partidos devem se organizar, individualmente, no sentido de angariar financiamentos e investimentos para custear suas despesas e projetos, deve, ainda, procurar utilizar as estruturas com as quais mais tem proximidade para equilibrar suas contas.

Há, por último, que se falar sobre o destino dado a esse fundo, que serão trabalhados na Tabela 3 a seguir. Todavia um mínimo de 20% dos recursos deve ser aplicado nos institutos ou fundações dos partidos, e existe um limite máximo de 20% dos recursos que podem ser gastos

com pagamento de pessoal, mas no restante a lei de 1995 dá bastante autonomia para que os partidos decidam seus gastos. (BRAGA e Bourdoukan, 2009).

**Tabela 3** - Distribuição do Fundo Partidário segundo os estatutos partidários

	Diretório nacional	Diretórios estaduais	Diretórios municipais	Órgão de Pesquisa e estudos sociais e políticos
<b>PT</b>	48%*	32% Sendo: a) 10% do montante destinado aos órgãos regionais de direção, divididos em partes iguais para todos os Estados; e b) 90% do montante destinado aos órgãos regionais de direção, divididos em partes proporcionais ao número de filiados cadastrados até o semestre anterior	Órgãos de direção regional adotarão critérios próprios de distribuição das suas cotas do Fundo Partidário aos órgãos de direção municipal	20% Fundação Perseu Abramo
<b>PSDB</b>	30%	50% Deverá ser destinada importância não inferior a 50% para ser repassada, dentro do prazo máximo de 30 dias do seu recebimento, aos Diretórios Estaduais.	A Comissão Executiva Estadual destinará o montante às despesas com a assistência aos Diretórios Municipais e Zonais, segundo critérios que venham a ser estabelecidos pelo respectivo Diretório.	20% Instituto Teotônio Vilela

<b>PMDB</b>	15%	65% do total aos Diretórios Estaduais que mantenham organizados 1/3, no mínimo, de Diretórios Municipais, que representem 30% do eleitorado do Estado, distribuídos na forma seguinte: a) 30% igualmente entre todos; b) 30% proporcional ao número de eleitores inscritos no Estado em 31 de dezembro do ano anterior ao de competência orçamentária. c) 20% proporcional ao número de representantes eleitos para a Câmara dos Deputados na última eleição realizada anterior ao ano de competência; d) 20% proporcional ao número de representantes eleitos para a Assembleia Legislativa na última eleição realizada anterior ao ano de competência.	Comissão Executiva Estadual respectiva fixará as condições para distribuição aos diretórios municipais de parte dos recursos do Fundo Partidário.	20% Fundação Ulysses Guimarães
<b>PP</b>	40%	40% Sendo: a) 10% igualmente a todos os Diretórios Estaduais; b) 15% aos Diretórios Estaduais que comprovarem a constituição, até 31 de dezembro de cada ano de, no mínimo, 1/5 de diretórios municipais, somando 30% da população. c) 15% proporcionalmente ao número de eleitores do Estado.	Os Diretórios Estaduais são autônomos para adotar critérios de repasse do Fundo Partidário aos Diretórios Municipais.	20% Fundação Milton Campos
<b>DEM</b>	Não faz referência	A Executiva Nacional poderá repassar às regionais e estas às municipais parte dos recursos do Fundo Partidário.		20% Instituto Tancredo Neves

Fonte: Braga e Bourdoukan (2009), p. 139

Pode-se extrair dessas tabelas utilizadas que partidos políticos como o PMDB e o PSDB, que possuem maior número de filiados, têm uma tendência maior a utilizar a renda do fundo partidário para custear os projetos e despesas na esfera municipal. Enquanto partidos como o PT o enfoque está no governo federal, motivo este que o faz optar por um fundo de investimento mais dependente do fundo partidário.

Nota-se que essa redistribuição do financiamento do fundo partidário garantiu que novos atores ascendessem ao poder, visto que garantiu a sobrevivência de partidos como o PSL, que pulou de 1 representante para 52 na câmara nas eleições de 2018. Podemos extrair, ainda, que

este mesmo partido atingiu nesse mesmo ano de 2018 a vitória nas eleições para cargos executivos como o Presidente da República eleito Jair Messias Bolsonaro.

Não se pode afirmar que a reforma no financiamento partidário tenha sido causa e consequência desse resultado, mas podemos dizer que o acesso ao poder foi minimamente democratizado, visto que mesmo com condições assimétricas de poder econômico, a campanha do PSL foi capaz de bancar seus custos e vencer as eleições.

Todavia não há um partido que seja por si só hegemônico a ponto de assumir a política nacional, e ainda, motivados pela necessidade de governabilidade na Câmara dos Deputados e maior visibilidade nacional acabam por procurar propostas com posicionamento alinhados para coligar. Essa postura denominada por Sérgio Abranches (1988) como Presidencialismo de Coalizão é marca registrada nos arranjos políticos para garantir as vitórias nas eleições até 2018.

Maior exemplo dessa prática é a coligação adotada pelo Partido dos Trabalhadores para as eleições de 2002 a 2014. A chapa presidida por Dilma Rousseff era composta por PT, PMDB, PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS e PRB<sup>7</sup>, essas coligações garantem aos partidos maior participação no fundo partidário e benefícios em concessões indiretas como maior tempo de propaganda gratuita em mídias de massa como televisão e rádio.

Com a possibilidade de coligar de formas diferentes nas esferas municipais, estaduais e federativas, os partidos atuam pragmaticamente para obter alianças locais que garantam a aplicação de seus projetos, buscando sempre uma postura alinhada com as medidas adotadas nas outras decisões partidárias.

O professor de Ciência Política Martuscelli (2010) trabalha esse tema em seu artigo *A ideologia do “presidencialismo de coalizão”* onde procura estabelecer uma estrutura básica que garanta o funcionamento dessa coligação e sua manutenção durante o governo:

a constituição dessa base de apoio político não se dá num único momento e de modo definitivo, mas é processual e comporta três momentos fundamentais: o da “constituição da aliança eleitoral”, que diz respeito à elaboração de um programa e princípios mínimos para a composição da aliança; o da “constituição do governo”, que tem relação direta com a distribuição de cargos e os compromissos com a plataforma política que deu origem à aliança eleitoral; e, por fim, o da “transformação da aliança em coalizão efetivamente governante”, que se refere propriamente ao processo de implantação das políticas governamentais. (MARTUSCELLI, 2010, p. 61)

Ainda mais longe o autor chama atenção para a possibilidade de que esse sistema político permita que ocorra uma dominância do poder legislativo e executivo federal nas mãos

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/07/com-apoio-de-9-partidos-cada-dilma-deve-ter-12min-na-tv-e-aecio-6min.html> . Acesso em 15/11/2018

de uma única coligação, de forma que se questiona a efetividade da divisão desses poderes. “Maior poder de agenda implica, portanto, a capacidade de o Executivo influir diretamente nos trabalhos legislativos e assim minorar os efeitos da separação dos poderes, o que pode induzir os parlamentares à cooperação”. (Martuscelli, 2010, p. 62 apud Figueiredo e Limongi, 2001, p. 23)

Ressalta ainda, que o único momento em que esta política de coligação assumiu o poder foi no governo Collor, “governo logrou aprovar apenas 65% dos projetos que submeteu ao Congresso

Nacional – 5% abaixo da média -, assim como as iniciativas do Executivo sobre a produção legal atingiu uma taxa de dominância de 77% – ou seja, 8% abaixo da média”. (Martuscelli, 2010, p. 62) O resultado dessa política de Collor e a falta de governabilidade se exprime no seu impeachment em 1992.

Pode-se destacar que em 2016 a debandada do PMDB e de partidos alinhados a eles configurou um resultado semelhante na impedição do governo Dilma<sup>8</sup>. Ora, se é indispensável a formação de alianças com partidos com ideologias diferentes das suas temos um paradoxo de representatividade, que gerou uma crise nos anos que se seguiram.

### 3.2. A crise ideológica

A partir do momento em que se assume a necessidade de uma Câmara Legislativa que seja atuante e fluída dá-se de frente a um paradoxo ideológico, pois ao mesmo tempo que o partido deve defender a representatividade da fração de classe que o elegeu ele também precisa apoiar os interesses de outras frações de classe do partido coligado.

Ora, esse mecanismo de coligação funciona em plena harmonia quando os interesses dos partidos estão alinhados, todavia em que condições podemos dizer que este partido de fato representa os votos que o elegeram?

Tal paradoxo não respeita fronteiras, regimes político-administrativos ou jurisdições: é um fato universal, presente em diferentes sociedades, marca adquirida pelo Estado representativo no correr do tempo da modernidade. Ao mesmo tempo em que são uma condição básica para o bom funcionamento dos regimes democráticos e, portanto, para o bom governo das sociedades, os parlamentos projetam-se no cenário como instituições relativamente engessadas, com poucas folgas para deliberar livre e produtivamente, para estabilizar de modo eficiente seu curso e para ajudar a compor o consentimento político e a legitimidade. Estão hoje, em boa medida, comprimidos entre o decisionismo governamental e as exigências incansáveis do mercado, de um lado, e as pressões, a fragmentação e o espontaneísmo social, de outro. Sem os parlamentos, as democracias não funcionam, mas os parlamentos não estão

<sup>8</sup> Fonte: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459293666\\_164652.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459293666_164652.html). Acesso em 15/11/2018

conseguindo operar à altura das necessidades da democracia (NOGUEIRA, 2004, p. 91)

Os partidos, então, se tornaram com o tempo instituições que necessitam representar seus próprios interesses de poder, uma vez que devem sobreviver no cenário em que está inserido se constituem como um organismo que atua em favor de diferentes frações de classe, hora em harmonia hora conflitantes. Essa questão acaba por criar uma sensação de não representatividade para aqueles que o elegeram.

Não há, segundo Nogueira (2004), de fato uma crise de representação de fato corrente no Brasil. O motivo para isso é que em nenhum momento o sistema do presidencialismo democrático ameaçado. Não ocorrem mudanças sistêmicas nem estruturais, de fato, para constituir uma crise deste tipo. “A crise, portanto, é na e não da representação”. (NOGUEIRA, 2004, p. 92)

Antes de mais nada definiremos brevemente o que este trabalho entende por representação num governo democrático os seguintes princípios:

1. designação dos governantes mediante eleições em intervalos regulares; 2. independência relativa dos governantes vis-à-vis a vontade dos eleitores; 3. possibilidade de que os governados expressem suas opiniões e suas vontades políticas sem que elas tenham de ser submetidas ao controle dos governantes; 4. submissão das decisões públicas à prova do debate público. Nesse elenco, encontramos quase integralmente a famosa “definição mínima de democracia” de Norberto Bobbio, na qual estão presentes algumas regras procedimentais básicas: sufrágio universal, pluralismo, princípio de maioria e respeito às minorias (Bobbio, 2000). (Nogueira, 2004, p. 93)

Boito Junior (2002) numa análise mais marxista acerca da democracia representativa tende a entender os partidos como classes com interesses próprios, ou seja, que em caso de conflito de interesses entre o partido e as frações de classe as quais representa, há uma tendência de optar pela autodefesa.

Se a lógica da representação fosse, de fato, real os interesses partidários e das frações de classe seriam harmônicos. Podemos notar aqui, então, mais uma característica falha desse modelo atual: a necessidade de somar filiados e angariar votos fez necessária a dissimulação dos partidos.

A opacidade da cena política remete à dissimulação e representação dos interesses de classe, não se circunscrevendo, portanto, ao universo dos interesses dos políticos profissionais – uma “classe política” ou uma “elite” dotada de interesses próprios e exclusivos. Os indivíduos estão determinados por sua situação de classe e de fração. Fazem escolhas, mas essas escolhas também refletem interesses e condições que, no mais das vezes, eles próprios ignoram. Uma prática não transparente, ao contrário do que pretendem os liberais, mas na qual os indivíduos, seguindo seus “instintos de classe”, podem, ao contrário do que pretendem os elitistas, acabar se situando de “modo racional” (JUNIOR, 2002, p. 137)



Há, ainda, a necessidade de dissimular para receber investimentos e doações de pessoas interessadas na ascensão de partido A ou B, visto que têm interesses pessoais atrelados a projetos de poder seja ele de qual esfera for, de forma que o partido político vende parte de sua própria autonomia para defender os interesses daqueles que financiam seus custos e projetos mais ambiciosos.

A resposta para essa análise sobre a representatividade partidária surge com a retomada dos estudos marxistas sobre política brasileira através de Boito Junior (2007). Em seu trabalho o autor retoma duas características fundamentais do pensamento de Nicos Poulantzas: as frações de classe capitalistas burguesas e os blocos no poder.

Longe de iniciar uma divagação temos de considerar a que elites representam esses partidos políticos e quais são suas orientações ideológicas, essa digressão não será teórica, visto que assim como Poulantzas o autor tem sua obra baseada nas práxis. Esses partidos representam caminhos históricos ideologicamente marcantes e são atores muito presente nas esperas de poder político na federação. O motivo para isso seria a origem que cada um deles representa.

Temos que originalmente as maiores forças políticas do país eram oriundas da produção cafeeira no Sudeste e relacionadas a cana-de-açúcar nos estados do Nordeste. Equação que cresce nos anos 30 quando a forte industrialização originou uma classe operária e industrial, principalmente metalúrgicos e siderúrgicos.

O período militar acirra essa disputa de poder quando impõe o bipartidarismo nos anos 70 que resulta, na verdade, numa resposta inversa como já trabalhamos. O surgimento dos partidos nos anos que se seguiram na redemocratização brasileira identifica a chegada de novos atores para esse jogo.

Na maioria dos casos, estudam-se tais setores como grupos que competem entre si, como fazem quaisquer outros grupos, para influir na política de Estado – entidade que é apresentada, implicitamente, como uma arena neutra para a disputa entre interesses múltiplos e situados em condições de igualdade uns frente aos outros. (JUNIOR, 2007, p. 58)

O resultado dessa disputa de poder se traduz na busca pela hegemonia de uma classe sobre a outra, tanto na obtenção de poder político quanto nos interesses econômicos e a defesa de seus interesses capitalistas próprios. Soma-se a essas elites as frações que representam o atual agronegócio, os banqueiros, agentes financeiros, comerciantes e vemos que o poder Estatal é fatiado para entre as elites capitalistas da burguesia nacional.

A política escolhida pelo PT, na figura do presidente Lula, se pautava na hegemonia do movimento neoliberal no Brasil, reforçando as frações de classe desse movimento em

detrimento de outras, fomentando, principalmente uma nova figura na burguesia brasileira: os capitalistas que enriqueceram com o setor de serviços. São exemplos à essa fração de classe: as redes de telefonia, os planos de saúde e redes particulares de hospitais, as instituições educacionais privadas em todos os níveis de ensino, as construtoras, e previdenciárias. (JUNIOR, 2007)

A motivação para as privatizações desses serviços é o barateamento para o Estado que buscava o sufrágio no acesso a esses serviços, na esperança de diminuir os elevados índices de desigualdade social no país. Enquanto os índices cresciam, crescia também a concentração de capital e poder político nas mãos de campeões nacionais empresariais.

Menos de 100 grandes grupos econômicos privados apoderaram-se da quase totalidade das empresas estatais que foram a leilão, contando com favorecimentos de todo tipo – subestimação do valor das empresas, possibilidade de utilização das chamadas “moedas podres”, financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), informações privilegiadas, preferência e ajuda das autoridades governamentais etc. Grandes empresas industriais, como os grupos Votorantin, Gerdau e Vicunha; grandes bancos, como Itaú, Bradesco, Unibanco e o Bozzano-Simonsen; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área de telefonia, enfim, o grande capital nacional, industrial ou financeiro, e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro apropriou-se da siderurgia, da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas de telecomunicação, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias etc. O resultado foi que a participação das estatais no produto interno bruto (PIB) brasileiro caiu muito ao longo das duas últimas décadas. (JUNIOR, 2007, p. 61)

O neoliberalismo brasileiro fica marcado, então, pela monopolização do setor de serviços que se traduziu através das políticas de privatização e parcerias público-privadas (PPPs) e uma hegemonia descarada da fração de classe associada ao capital financeiro.

Por último temos que ocorreu nos anos de governo Lula uma forte movimentação para liberalizar o comércio na América Latina. A razão para isso era um ambicioso projeto político que se traduziu no G-20 e a busca por uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No entanto, ao remover as barreiras protecionistas e equiparar os valores cambiais com o dólar a economia brasileira ficaria com saldo negativo na balança comercial, já que reduz o fluxo de exportações e desacelera a economia industrial local.

A solução encontrada foi fomentar o agronegócio brasileiro em Mercados Futuros com altos subsídios para a produção de commodities para exportação. Se faltava uma fatia para a elite latifundiária, que agora passaria a integrar o mercado internacional e inundar a economia brasileira com dólares oriundos de exportação e alimentar ainda mais o mercado neoliberal de capitais.

Temos, acima de tudo, os grandes bancos comerciais – nacionais e estrangeiros – que possuem rede de agências no Brasil – Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, HSBC e outros. Dados do final da década de 1990 apontavam que, em um universo de 200 bancos funcionando então no Brasil, um total de 25 deles detinham, sozinhos, mais de 80% do ativo total. As demais empresas e instituições que integram o capital financeiro são os bancos estrangeiros comerciais e de investimentos que, sem terem rede de agências no Brasil, possuem investimentos de curto e de longo prazo no país e os fundos de investimento e os fundos de pensão nacionais e estrangeiros. (JUNIOR, 2007, p. 62)

No Brasil se desenvolveu uma tradição de política personalista, modelo este que é identificado na escolha do seu representante através da defesa de sua fração de classe, ou da dissimulação da classe burguesa dominante nessa falsa representação. Ocorre que ao se portarem como instituições com projetos próprios as figuras partidárias com maior apelo político passam a ser rejeitadas pelas frações de classe dominadas e descamba numa crise na representatividade.

Os partidos não são admirados pelos cidadãos. Não conseguem sequer controlar suas bancadas ou promover a seleção de lideranças que se espera deles. Apresentam listas oportunistas ou pouco densas (pouco representativas) aos eleitores, dando-lhes reduzidas margens de escolha. Os eleitores votam muitas vezes por obrigação, sem entusiasmo e sem lealdade: flutuam sobre o processo, mudando de opinião com rapidez, escolhendo de modo mais defensivo e instrumental, movidos a interesse e não a ideias. Ao mesmo tempo, vão reduzindo sua disponibilidade para manter vínculos formais com as legendas partidárias e participar da vida delas. (NOGUEIRA, 2004, p. 100)

Nogueira (2004) nota que esse esvaziamento é o que concentrou o poder político nas mãos das elites capitalistas dominantes, que monopolizaram os debates e proposições em seu benefício e excluem a possibilidade de afirmar que há uma democracia representativa, de fato.

Decorre disso que a política se torna uma carreira, tal como as leis ou a medicina, no sentido de que há um aumento no número de partidos, agora abraçados pelo fundo partidário, que movimentam pequenas lideranças para atingir coligações maiores e beneficiar os interesses individuais desses líderes. De maneira que os partidos sejam vazios de ideologia nem fisiologicamente associados a nenhuma fração de classe. (NOGUEIRA, 2004)

Associa-se a essa conjuntura as consequências econômicas decorrentes desse bloco (tema que será abordado a seguir) e os recorrentes erros e os diversos escândalos de corrupção e o resultado final do cenário apresentado é a rejeição total da classe política na situação.

De fato, como vimos no tópico passado há uma reorganização nas bases e coligações partidárias, que devido ao longo tempo de estabilidade se apresentaram como uma crise, porém é possível visualizar nas Figuras 1 e 2, que há um crescimento acentuado de Partidos como o PSL, o PSOL e o NOVO. Partidos que integrarão ativamente os jogos políticos e se apresentando como novas visões ideológicas para o cenário brasileiro. Partidos estes que

ascenderam através dessa classe de serviços e a necessidade de reinventar os atuais partidos que se colocam como esquerda ou direita, mas que na prática se organizam somente em função de representar seus próprios interesses.

### 3.3. A crise econômica de 2013

A instabilidade gerada com a crise de representatividade e com a perda da base aliada, associada as movimentações populares de junho de 2013<sup>9</sup> forçaram uma postura mais engessada por parte do PT e menor liberdade para as tomadas de decisão na esfera econômica. Como de praxe, medidas unilaterais e sem apoio político e popular também entram para a equação que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

A economia brasileira encontra-se formalmente em recessão desde o segundo trimestre de 2014, segundo o Comitê de Datação do Ciclo Econômico (Codace) da Fundação Getulio Vargas. O produto *per capita* brasileiro caiu cerca de 9% entre 2014 e 2016. Essa situação cria um ambiente de forte pressão para uma pronta recuperação da economia brasileira. No entanto, a saída da recessão depende de uma compreensão adequada de suas causas. (FILHO, 2017, p. 51)

Trabalharemos principalmente com a Nova Matriz econômica, medida que de acordo com Filho (2017), diminuiu significativamente a produtividade da economia brasileira e que se traduziu numa crise de oferta e demanda com consequências sérias nos investimentos de longo prazo.

Em 2011 e 2012 temos alterações na matriz econômica passando a atuar de forma intervencionista na economia, reduzindo taxas de juros e ajustes fiscais para balancear as contas domésticas. Ocorre que essas medidas afetam diretamente as políticas de investimento nacional e internacional, assim como as concessões e subsídios para consumo e produção, e, ainda, influenciam no cálculo final dos preços.

A política monetária eleva a taxa de juros em momentos de crescimento da inflação e reduz a taxa Selic em momentos de desaceleração inflacionária. No entanto, uma das políticas da NME foi a redução da taxa de juros básica da economia em 2012 em momento de aceleração da taxa de inflação. A mudança na política monetária fez que a taxa de inflação acelerasse (e permanecesse em nível elevado) e reduziu a credibilidade do Banco Central, elevando o custo de combate à inflação. (FILHO, 2017, p. 52)

Ao intervir nos preços e subsídios industriais para equilibrar os gastos públicos o governo perde o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), uma das

---

<sup>9</sup> Jornadas de Junho. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1297985-nao-sao-so-20-centavos-dizem-manifestantes-na-avenida-paulista.shtml>. Acesso em: 15/11/2018

bases econômicas que sustentavam o governo petista e o equilíbrio nas relações comerciais. (JUNIOR, 2007)<sup>10</sup>

Para subsidiar essas decisões o governo adota a política de campeões nacionais, de forma que alguns setores determinados como estratégicos, como a indústria automobilística e naval, que receberiam subsídios advindos do BNDES, para estimular a produção nacional.

Outro campeão era a própria estatal Petrobras. A empresa que seria responsável pela exploração e produção, assim como a exclusividade no refino do petróleo, esses investimentos acarretariam em grandes ganhos para o Brasil que, apoiado nessa política, projetou que os resultados financiariam cerca de 10% dos investimentos nacionais.

Parte da estratégia de ampliar a importância da Petrobras englobou a mudança do bem-sucedido marco regulatório do petróleo. Substitui-se o sistema de concessão pelo sistema de partilha das áreas do pré-sal. O objetivo era utilizar o petróleo para estimular a construção de uma indústria petrolífera de máquinas e equipamentos nacional. Nesse sentido, foram estimuladas a criação de empresas e a reestruturação de estaleiros. No entanto, essa política não apresentou os resultados esperados. (FILHO, 2017, p. 53)

Esperando resultados positivos o governo investiu fortemente no país e internacionalmente através do BNDES, ocorre que, como ressaltou Filho (2017), as respostas do investimento não foram satisfatórias e desequilibraram as contas públicas. Assim surgem as principais bandeiras do governo provisório de Michel Temer e da chapa eleita do PSL em 2018: a aprovação da PEC dos gastos públicos e a reforma previdenciária para equilibrar os gastos públicos domésticos.

Se o prejuízo já era alarmante nesses retornos de investimentos o governo petista falha ainda uma segunda vez no setor de energia. Para que a população não absorvesse os aumentos totais nos custos de combustível o Estado passa a intervir no controle dos preços finais para o consumidor, de maneira tal que entre 2010 e 2015 a relação dívida líquida /caixa subiu de 1 para 4,6<sup>11</sup>, com risco mais elevado de investimento e, conseqüentemente, menor capitalização.

O resultado catastrófico dessas políticas econômicas do Estado brasileiro foi “a deterioração da dívida bruta ocasionada pela transformação de um superávit primário da ordem de 2% do PIB em um déficit primário superior a 3% desde 2012”. (FILHO, 2010, p. 54)

A conjunção de um déficit primário crescente, com uma dívida em trajetória explosiva, elevou de forma substancial o risco Brasil. Essa elevação do risco país implica elevação da taxa de juros real de equilíbrio doméstico. O impacto desse conjunto de políticas pode ser observado no comportamento do PIB brasileiro e de seus componentes de demanda. (FILHO, 2010, p. 55)

<sup>10</sup> Fonte: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/18/politica/1458258396\\_570381.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/18/politica/1458258396_570381.html). Acesso em: 15/11/2018

<sup>11</sup> Fonte: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000100051](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051) . Acesso em: 15/11/2018

Esse ambiente instável politicamente e o engessamento político ocasionado com a perda da base governamental levaram a movimentação para a retirada de Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores do poder executivo federal em 2016. Nota-se que há um conjunto de erros por parte do governo petista que ocasionaram uma crise na esfera econômica, assim como a crise ideológica foi impulsionada pelo rearranjo no ambiente político.

Ora, temos, então que o Brasil passa, desde o final de 2013 por um conjunto de crises, que se transbordaram para as diversas esferas de poder internas e externas ao Estado, tão que destitui o governo vigente para que uma junta provisória montada pela base opositora, há pouco alinhada, assumisse as instituições que deveriam pôr fim a essa crise. Este trabalho é temporalmente impossibilitado de responder sobre os reais efeitos que o governo atual brasileiro e seu sucessor obterão sucesso, de forma que não abordaremos essas políticas mais profundamente.

### **Considerações finais**

Identificados os atores nas relações de poder brasileira temos como resposta que a democracia brasileira não representa, de fato, os interesses da população em geral, mas de partidos que atuam por interesse próprio nos jogos de poder internos do Estado.

Ora, essas instituições são reflexos de uma política pautada na dissimulação e na dominância ideológica da classe dominante, que se finge popular, mas que na prática atua exclusivamente em função da manutenção de sua posição na estrutura.

No Brasil as crises que se apresentaram durante o governo petista são reflexos das lutas de classe nas diversas estruturas do Estado e de suas zonas de influência. Exemplo disso é a ascensão dessa classe capitalista de serviços que procura criar medidas que garantam sua representação na política brasileira.

O governo eleito em 2018, por exemplo, tem como base principal as ideias de liberalismo econômico, pautados nos ideais do economista Paulo Guedes. Com propostas de reforma previdenciária, reformas bancárias e ajustes nas contas públicas.<sup>12</sup> Essas medidas são necessárias não somente para a estabilidade fiscal do Estado, mas porque representam interesses dessa classe política de serviços.

As reformas e projetos se pautam na criação de um cenário estável economicamente para atrair, novamente, investimentos internacionais e moeda estrangeira para especulação

---

<sup>12</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/21/veja-as-propostas-de-paulo-guedes-assessor-economico-da-campanha-de-jair-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 15/11/2018

cambial. Essa prática, como vimos, não é uma novidade para o Brasil, todavia havia sido engessada pelos últimos governos.

Este trabalho buscou, desde o início, mostrar quais são e como atuam as frações de classe burguesas na visão de Poulantzas e concluimos que o Brasil hoje vive uma crise estrutural, ocasionada pelos rearranjos partidários, a ausência de representação popular e a densa crise econômica que atinge o país desde 2013.

Esse processo de crise foi se agravando na medida em que a coalizão dos partidos políticos e as estruturas burocráticas brasileiras levaram ao impeachment e o início de um governo de transição para um modelo que agrada esse rearranjo de poderes das classes capitalistas de serviço.

Não há, porém, nenhum indício de que essa crise estrutural resultará em alterações drásticas das instituições, a crise estrutural brasileira está, portanto, na figura representativa e não no modelo da representatividade como um todo.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Aves. **Revolução de 1930**. São Paulo. S. d.

BENEDITO, Mário. FÁVERO, João Pedro. **A Ascensão da direita e do conservadorismo no mundo**. Disponível em:  
<https://jornalismoespecializadounesp.wordpress.com/2017/11/13/a-ascensao-da-direita-e-do-conservadorismo-no-mundo/>. Acesso em 12/12/2018

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. BOURDOUKAN, Adla. **Partidos políticos no brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público**. Perspectivas, são Paulo, v35, p. 117-148. 2009.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo/Norberto Bobbio**; tradução de Marco Aurélio Nogueira.— Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DINIZ, Saulo. **O avanço do conservadorismo no mundo**. Disponível em:  
<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/06/avanco-conservadorismo-mundo.html>. Acesso em: 10/12/2018

FILHO, Fernando de Holanda Barrosa. **A crise econômica de 2014/2017**. Estudos avançados 31. 2017

GUTIERREZ, Andriei. **Fim da luta de classes? A teoria das classes em poder político e classes sociais a partir de maio de 1968 e sua peculiaridade em relação a corrente Althusseriana**. Mediações, vol 12, p. 90-113. 2007.

JUNIOR, Armando Boito. **Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – Comentário em comemoração ao sesquicentenário de publicação de O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte**. Crítica Marxista. 2002.

JUNIOR, Armando Boito. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal**. Revista Sociologia Política, Curitiba, p. 57-73. 2007.

LÖWY, Michael. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0652.pdf>. Acesso em 14/12/2018

MALISKA, Marcos Augusto. **Max Weber e o Estado racional moderno**. Capítulo 4 da Primeira Parte da Tese de Doutorado Os desafios do Estado Moderno. Federalismo e integração regional, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Doutorado da UFPR. 2006.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A ideologia do “presidencialismo de coalizão”**. São Paulo. 2001.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.



Marx, Karl, 1818-1883. **A ideologia alemã** I Karl Marx e Friedrich Engels; [introdução de Jacob Gorender; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. **As lutas de classe na França**. In: Textos. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d. Volume 3.

MARX, Karl ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Org. de Osvaldo Coggiola. 4a reimpressão

MOTTA, Luiz Eduardo. **OS LIMITES TEÓRICOS (E POLÍTICOS) DA TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3465>. Acesso em 05/0/2018

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Representação, crise e mal-estar institucional**. Revista Sociedade e Estado. Vol 29, p. 91 – 111. 2014

POULANTZAS, Nicos. **Les classes sociales**. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

POULANTZAS, Nicos **As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado**. O Estado em crise, Rio de Janeiro. 1975

POULANTZAS, Nicos **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977

QUARESMA, Silvia. **O ESTADO E DOMINAÇÃO NOS PRESSUPOSTOS DE MARX, WEBER E DURKHEIM**. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/42/silvia\\_jurema\\_42.pdf](http://www.achegas.net/numero/42/silvia_jurema_42.pdf) . Acesso em 05/0/2018

VINHA, Luis. **A vitória eleitoral de Donald Trump: uma análise de disfunção institucional**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v26n66/0104-4478-rsocp-26-66-0007.pdf>. Acesso em 15/02/2018

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira. 1967.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1991. Volume I, capítulo I e III, p. 3-35; 139-162. Volume II, p. 517-580. 1980.